

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Fábio Lampert Horta Gonçalves

A EVOLUÇÃO DAS RELAÇÕES COMERCIAIS ENTRE BRASIL E CHINA
DE 1994 A 2014

Florianópolis

2015

Fábio Lampert Horta Gonçalves

A EVOLUÇÃO DAS RELAÇÕES COMERCIAIS ENTRE BRASIL E CHINA
DE 1994 A 2014

Monografia submetida ao Departamento de
Economia e Relações Internacionais como
requisito obrigatório para a obtenção do grau
de Bacharel em Ciências Econômicas pela
Universidade Federal de Santa Catarina

Orientador: Helton Ricardo Ouriques

Florianópolis
2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota 8,0 ao aluno Fábio Lampert Horta Gonçalves na disciplina CNM 5420 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:

Prof. *Helton Ricardo Ouriques*

Prof. *Marcos Alves Valente*

Prof. *Lairton Marcelo Comerlatto*

Em memória de meu pai, Ricardo Horta Gonçalves,
exemplo de amor ao próximo. E a minha mãe, Letícia
Lampert Horta Gonçalves, a melhor pessoa que já
conheci.

1 INTRODUÇÃO	8
1.1 TEMA E PROBLEMA	8
1.2 OBJETIVOS	9
1.2.1 OBJETIVO GERAL	9
1.2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	9
1.3 JUSTIFICATIVA	10
1.4 METODOLOGIA	10
1.5 REFERENCIAL TEÓRICO	12
2. O ESTABELECIMENTO DA PARCERIA ESTRATÉGICA SINO-BRASILEIRA	14
2.1 TENDÊNCIA INTERNACIONAL DE COOPERAÇÃO ENTRE PAÍSES EMERGENTES	14
2.2 O SURGIMENTO DO BRICS	16
2.3 O FORTALECIMENTO DA RELAÇÃO BRASIL-CHINA: INTERESSES E MOTIVAÇÕES	25
3 DA ABERTURA CHINESA À EVOLUÇÃO DA RELAÇÃO BILATERAL	27
3.1 O GRANDE PROCESSO TRANSFORMADOR CHINÊS E AS BASES PARA O DESENVOLVIMENTO DO COMÉRCIO	27
3.2 AS RELAÇÕES COMERCIAIS ENTRE BRASIL E CHINA NOS ANOS NOVENTA	31
3.3 ANOS 2000: CRESCIMENTO ACELERADO E NOVOS DESAFIOS	36
3.4 PARTICIPAÇÃO DE BRASIL E CHINA NA ESTRUTURA DO PIB MUNDIAL	42
4 IMPACTOS NA BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA	45
4.1 A INVERSÃO DA LÓGICA NOS ANOS NOVENTA	45
4.2 DIVERSIFICAÇÃO DA PAUTA EXPORTADORA VERSUS IMPORTADORA	47
4.3 PRINCIPAIS PRODUTOS IMPORTADOS PELO BRASIL	49
4.4 PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS PELO BRASIL	52
4.5 REGRESSÃO DA PAUTA EXPORTADORA	54
CONSIDERAÇÕES FINAIS	59
REFERÊNCIAS	62
ANEXOS	64

RESUMO

O presente trabalho analisa as relações comerciais entre Brasil e China, com foco na evolução ao longo das duas últimas décadas e nas implicações para a balança comercial brasileira. Tendo em vista a tendência internacional de cooperação entre países emergentes e o longo processo de transformação da economia chinesa, mostra-se como se deu o desenvolvimento dos laços entre os dois países, sobretudo no âmbito do comércio exterior. Dessa forma, procura-se abordar a evolução das pautas exportadora e importadora brasileiras, além de discutir a questão da desindustrialização de nossa economia.

Palavras chave: Balança Comercial, Desindustrialização, Brasil, China, Cooperação

ABSTRACT

The current paper analyzes the trade relationship between Brazil and China, with focus on the evolution over the last two decades and its implications for Brazil's Trade Balance. From the international cooperation trend by emerging countries to the Chinese transformation process, it has shown the trade development between these two economies. Thus, I intend to explain the changes in exportation and importation model, as well discuss the deindustrialization process in the Brazilian economy.

Keywords: Balance of Trade, Deindustrialization, Brazil, China, Cooperation

1 INTRODUÇÃO

1.1 Tema e Problema

O crescimento de uma economia na sociedade contemporânea depende, dentre outros fatores, do nível de integração que esta consegue alcançar com os mais diversos mercados em âmbito internacional. Assim, ampliam-se os horizontes das relações políticas e econômicas, acentuando a importância das relações diplomáticas entre as nações.

Se as últimas décadas do século XX foram marcadas por intensas discussões e negociações a respeito da formação de blocos regionais que visam integração econômica, como MERCOSUL, NAFTA, ASEAN, UE, *“o início do século XXI foi caracterizado por aceleradas transformações no sistema econômico e político internacional, gerando modificações na divisão internacional do trabalho e nas posições relativas de determinados Estados nacionais na hierarquia do sistema mundial”* (relatório IPEA). Esta nova dinâmica proporciona espaço para articulação de estratégias de desenvolvimento que vão muito além da simples formação de estruturas locais de comércio.

Neste contexto, um país parece ganhar especial destaque na cena internacional. A China, que registrou crescimento acelerado e sustentado – na casa dos 10% - ao longo, pelo menos, das três últimas décadas, têm se firmado como o grande parceiro comercial de um número crescente de nações espalhadas pelo mundo, sejam elas desenvolvidas ou em desenvolvimento. Dessa forma, os impactos do dinamismo econômico chinês já não se manifestam apenas em seus vizinhos asiáticos, mas ganham força e relevância nas mais diversas nações ao redor do globo, notadamente no crescimento do comércio, mas também em termos de produção e investimentos, além de conquistar espaço cada vez mais relevante na cena geopolítica internacional.

Certamente o Brasil não se encontra alheio a este processo de transformação da economia mundial – decorrente, sobretudo, da ascensão chinesa - e, portanto, deve estar preparado para enfrentar os desafios, bem como tirar proveito das oportunidades que se apresentam, articulando-se de modo a ganhar espaço no comércio internacional, fortalecendo suas empresas tanto no âmbito doméstico quanto no exterior, além de suas instituições, sua infraestrutura e seu sistema produtivo como um todo.

A relação bilateral Brasil-China, que vem se desenvolvendo ao longo das últimas décadas, já pode ter seus efeitos sentidos de forma bastante clara pelas modificações observadas

em nossa balança comercial. Se em 1994 nossas vendas para a China representavam 1,89% do total das nossas exportações, em 2003 este índice já ultrapassava os 6% e em 2010, 15,25%. Em relação aos mesmos anos, nossas compras provenientes daquele país representaram 1,40%, 4,44% e 14,08%, respectivamente, do total da pauta de importação. Estes números, que foram colhidos de dados oficiais da Secretaria de Comércio Exterior (SECEX), evidenciam a crescente importância chinesa para os resultados comerciais brasileiros.

O crescimento do comércio entre Brasil e China tem se dado a taxas superiores às registradas entre Brasil e resto do mundo. Esta tendência fica bastante evidente ao longo da primeira década deste século. De 2000 a 2011, a taxa de crescimento das vendas para o parceiro asiático supera a do crescimento geral das exportações brasileiras em todos os anos, exceção feita ao ano de 2004, quando nossas exportações para a China aumentaram 20% em relação ao ano anterior, enquanto no geral cresceram 32%.

Efeito similar é sentido em nossas importações. De 2000 a 2011 nossas compras oriundas da China cresceram em todos os anos, exceto em 2009, quando houve retração. Ainda assim, a retração registrada com a China foi menor do que a observada no total importado.

Diante do exposto, o presente trabalho se propõe a analisar a evolução das relações comerciais entre Brasil e China, no período compreendido entre os anos de 1994 e 2014.

Para melhor compreensão do peso que o dinamismo chinês exerce sobre a economia brasileira, torna-se necessário descrever a evolução histórica da relação sino-brasileira, bem como do crescimento do comércio e também do fluxo de investimentos entre os dois países. Se algumas décadas atrás a China ainda não figurava entre as principais nações com as quais nos relacionávamos, no início do século XXI já se tornou o principal parceiro comercial do Brasil.

1. 2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar a evolução das relações comerciais entre Brasil e China no período compreendido entre os anos de 1994 e 2014.

1.2.2 Objetivos Específicos

a) Compreender o processo de cooperação internacional entre países emergentes, com foco no BRICS e na relação Brasil-China.

- b) Compreender a forma através da qual se deu a inserção de China e Brasil no cenário internacional.
- c) Descrever a evolução do peso das exportações brasileiras para a China.
- d) Descrever a evolução do peso das importações brasileiras oriundas da China.
- e) Verificar alterações na pauta de exportação brasileira.
- f) Verificar alterações na pauta de importação brasileira.
- g) Analisar o impacto deste comércio na balança comercial brasileira.
- h) Constatar a ocorrência de desindustrialização no país.

1.3 Justificativa

O presente trabalho de monografia se justifica pela importância de se compreender a dinâmica do extraordinário processo de crescimento apresentado pela China ao longo das últimas décadas. Este país deixou de ter relevância apenas como ator regional fomentador do desenvolvimento das economias asiáticas e parece se configurar cada vez mais como peça fundamental na engrenagem de crescimento da economia global.

Não por outra razão este país têm sido objeto central de estudos e pesquisas desenvolvidas ao longo dos últimos anos. A China já é a segunda economia mundial em termos de PIB, além de ser o maior produtor e exportador de manufaturas do planeta. Ademais, em 2009 passou a ser o principal destino dos produtos brasileiros exportados e em 2012 ultrapassou os EUA, tornando-se o país de quem mais importamos bens e serviços.

A compreensão da dinâmica do crescimento chinês, bem como das alterações ocorridas na cena internacional, sobretudo após o ingresso da China na Organização Mundial do Comércio, são de fundamental importância para a tomada de decisões estratégicas por parte do Estado brasileiro na formulação de suas políticas de desenvolvimento e em seu reposicionamento dentro da divisão internacional do trabalho.

1.4 Metodologia

A presente monografia tem o intuito de expor a evolução das relações comerciais entre Brasil e China no período compreendido entre os anos de 1994 e 2014. Desta forma, pretende-

se demonstrar de que maneira o grande crescimento da economia chinesa afetou a alocação de recursos, os investimentos e a produção de outras nações, explicitando o caso brasileiro e o desenvolvimento desta relação bilateral.

A evolução das relações econômicas entre Brasil e China foi analisada através do estudo de dados históricos, tanto qualitativos quanto quantitativos que contribuem para satisfatória compreensão do tema.

Foi feita uma contextualização histórica procurando demonstrar qual a conjuntura econômica, política e social enfrentada por estas nações durante o processo de desenvolvimento dos laços diplomáticos e fortalecimento dos laços comerciais, sobretudo do ponto de vista da cooperação entre países ainda não desenvolvidos.

Os dados quantitativos auxiliaram no acompanhamento de como ocorreram as mudanças na forma e no volume de comércio entre Brasil e China. Tais dados foram obtidos através de consulta as bases de dados de diferentes fontes oficiais, tais como da Organização Mundial de Comércio (OMC), Banco Mundial, Câmara de Comércio Brasil-China (CCBC), bem como da Secretaria do Comércio Exterior (SECEX), órgão vinculado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, que gera relatórios muito detalhados sobre o tema.

Procurei abordar, além da criação do BRICS e da evolução das relações entre países emergentes, o crescimento do setor exportador brasileiro, verificando como este evoluiu ao longo do período delimitado, para então focar nas transações realizadas com a China. O objetivo foi compreender o grande aumento da participação chinesa no total de exportações brasileiras e também mostrar se houve alteração significativa na pauta de produtos exportados ao longo dos anos.

Simultaneamente, abordagem semelhante foi feita em relação ao setor importador. Verifiquei como se modificou a pauta de importação brasileira de maneira geral, focando depois na relação sino-brasileira.

O desenvolvimento do comércio com a China acarretou alterações nas tendências e no tipo de produtos negociados. Procurei compreender como se deu essa modificação entre o peso de produtos primários e produtos manufaturados e que efeitos – positivos e negativos - tais mudanças geraram na composição balança comercial do Brasil.

1.5 REFERENCIAL TEÓRICO

A ascensão chinesa pode ser compreendida como mais um desdobramento que ocorre dentro do cenário político internacional. As recentes crises e a notória queda da hegemonia norte-americana na produção e comércio mundial abrem espaço para que outras nações se desenvolvam e ganhem projeção na cena internacional. O capital se mantém em movimento, buscando condições favoráveis a sua reprodução.

A China, com seu extraordinário crescimento registrado ao longo das últimas décadas, aparece como um novo polo de atração e parece assim se configurar também como o novo epicentro que regerá os processos de acumulação capitalista.

Desse modo, buscou-se apoio em diversos autores que, seja por meio de livros ou artigos, deram atenção especial ao grandioso processo de desenvolvimento chinês. Também foi importante a base teórica deixada por Arrighi a respeito do sistema mundo capitalista, seus ciclos e transformações. A propósito, ainda no final do que o autor chamou de *O longo século XX*, ele já observara essa tendência de deslocamento geográfico do centro de poder do sistema. Ele diz que *o sinal mais importante da ascensão do Leste Asiático a novo epicentro dos processos sistêmicos de acumulação do capital é que diversas de suas jurisdições fizeram importantes avanços nas hierarquias de valor agregado e financeiras da economia capitalista mundial* (ARRIGHI, 1997, p. 101).

Menos de duas décadas depois, a observação empírica nos permite acenar positivamente às ideias postas pelo autor. O notório desenvolvimento econômico e tecnológico de um grupo de países do leste asiático parece confirmar o que fora dito.

Países que outrora apareciam no cenário internacional como meros fornecedores de manufaturados de baixa qualidade, experimentaram rápido desenvolvimento e transformação em sua estrutura produtiva, bem como em sua pauta de exportações, emergindo como competidores no mercado de produtos de alto valor agregado.

Dentro deste grupo, destaca-se um país em especial, que parece servir de locomotiva para o desenvolvimento dos demais, merecendo, portanto, atenção especial: a China.

Tendo em vista o longo processo de modernização deste país e sua crescente influência junto a outras nações, faz-se primordial analisar como o seu ritmo de crescimento acelerado possibilitou que a China expandisse não apenas sua produção e seu mercado interno, mas também o alcance de seus produtos em diversos mercados ao redor do mundo.

Até a década de noventa vemos a relação bilateral entre Brasil e China como incipiente, devido as cifras ainda bastante modestas que giravam em torno de nossa corrente de comércio

se comparados com o volume comercializado entre Brasil e seus principais parceiros econômicos à época.

No entanto, em meados de noventa, com o estabelecimento da parceria estratégica sino-brasileira, o processo de abertura do mercado brasileiro, a estabilização de nossa moeda e uma série de outros fatores, é que nossa relação com este gigante asiático deslança.

A partir do momento em que a China começa a dar sinais de que se tornaria um importante parceiro comercial do Brasil, surgem trabalhos abordando as raízes do desenvolvimento chinês, seus desdobramentos em relação ao mercado mundial e as perspectivas para o comércio brasileiro.

Afinal, a crescente participação daquele país em nossa balança comercial representava uma série de oportunidades para os produtores brasileiros, mas por outro lado trazia consigo enormes desafios a serem enfrentados pelos mesmos, sobretudo para aqueles da indústria.

Ainda no final do século XX não estava tão claro os rumos que tomaria o desenvolvimento das relações comerciais entre Brasil e China. É certo que ambos tinham interesses próprios no crescimento do comércio, mas os resultados reais desta parceria só ficaram evidentes décadas mais tarde.

2. O ESTABELECIMENTO DA PARCERIA ESTRATÉGICA SINO-BRASILEIRA

2.1 Tendência internacional de cooperação entre países emergentes

A busca por integração entre países em desenvolvimento não é exatamente um tema novo, trata-se de um lento processo iniciado ainda no pós-guerra, quando as nações ditas subdesenvolvidas parecem vislumbrar oportunidades de desenvolvimento mútuo a partir do fortalecimento de relações entre si. A essa articulação política, que visava troca de experiências nos campos econômico, cultural, científico-tecnológico, deu-se o nome de cooperação Sul-Sul.

Este termo tem origem por volta da década de 50 e busca representar o estabelecimento de laços entre países em desenvolvimento. Tal movimento é importante, sobretudo para amenizar a dependência destes países em relação aos países centrais, expressada pela desigualdade presente nas relações Norte-Sul.

A diferença fundamental entre estes dois tipos de relação reside no grau de disparidade estrutural entre os países que se relacionam. A grande diferença de desenvolvimento entre os países faz com que a relação Norte-Sul tenda a refletir tal desigualdade, pois o país do norte deverá usar seu maior poder político e econômico para obter o máximo de benefício a partir desta relação, em detrimento do país do sul. Isto vai ao encontro da ideia de Soares Leite (2011, p. 32) de que “em decorrência de assimetrias de riqueza e poder político, os Estados do Sul estão, ainda, sujeitos a pressões externas que eles não podem influenciar por meio de ações unilaterais”. Daí a necessidade dos países do Sul desenvolverem políticas de maneira articulada.

No caso da cooperação Sul-Sul, os países em questão apresentam maior similaridade e menor distanciamento no nível de desenvolvimento. Desta forma, muitas vezes estes países compartilham de interesses e necessidades semelhantes, como vencer a situação de subdesenvolvimento ou galgar maior participação no cenário político internacional, por exemplo. Sendo assim, esta compatibilidade de interesses pode se configurar em um ponto de aproximação entre países que vivenciam realidades semelhantes.

Tal proximidade pode fortalecer o amadurecimento dessa cooperação que, através de estratégia comum, deve ser benéfica para o desenvolvimento dos países do Sul e sua inserção na economia global, ao passo que visa diminuir a lacuna existente entre estes e os do Norte. Sobre este ponto, Soares Leite (2011, p. 38) diz que “A tomada de decisão conjunta traduz-se

na defesa comum de um regime internacional capaz de corrigir a distribuição desigual de poder e de garantir aos países em desenvolvimento maior bem-estar econômico e controle político”.

É justamente esta distribuição desigual de poder que passa a ser atacada pelos países em desenvolvimento, que almejam condições igualitárias. As instituições multilaterais criadas no pós-guerra com o intuito de reestabelecer o equilíbrio e a ordem na cena política internacional, balanceando poderes e conciliando interesses das grandes potências, mostram-se demasiado rígidas, incapazes de acompanhar as grandes transformações – ocorridas na segunda metade do século XX – em relação à posição relativa dos Estados.

A respeito destas transformações, destaca-se a perda de dinamismo da economia norte-americana, o crescimento acelerado dos países emergentes e a grande ascensão do leste asiático, capitaneado pela China. De acordo com Cordeiro Pires (2008), este movimento culminará no deslocamento do eixo econômico mundial dos EUA para a China, o que deve resultar no que poderíamos chamar de um século XXI asiático. (CORDEIRO PIRES, 2008)

Com o fim do confronto bipolar, os EUA emergiram como a grande potência hegemônica, procurando tomar para si as rédeas do sistema internacional, buscando estabelecer a ordem a partir de um modelo unipolar, onde o Estado dominante conduziria os demais Estados na direção desejada. Para isso, os EUA se valeram não apenas de sua primazia bélica, mas também do peso que representava sua economia e sua enorme capacidade produtiva, que lhe conferiram certa supremacia política – e resultou em um controle sobre as principais instituições econômicas internacionais à época.

Todavia, ao longo da década de 1990, devido ao fim da Guerra Fria e às transformações da conjuntura internacional, um debate doméstico e internacional é travado sobre o declínio relativo do poder americano (MOREIRA JR, 2011). Neste ponto passamos a observar o declínio da hegemonia norte-americana, seja pela perda das ferramentas econômicas, seja pela perda dos mecanismos políticos. A desaceleração da economia norte-americana vem seguida de perda de prestígio frente à comunidade internacional, decorrente – dentre outras razões – de suas ações intransigentes nos episódios envolvendo as guerras do Afeganistão e do Iraque.

Além disso, o engessamento das entidades multilaterais criadas no pós-guerra (ex: GATT, FMI, OCDE) acaba se refletindo não apenas na perda de credibilidade frente à comunidade internacional, mas também em falta de legitimidade para as decisões ali tomadas. Isto teria acarretado certa ausência de comando no sistema mundial, e é a isso que Fonseca Jr (2012, p. 15) se refere quando diz que “desde o fim da Guerra Fria, mas especialmente na entrada do século XXI, existe uma demanda de ordem e não está claro quem vai produzir a oferta”.

É por todos estes motivos que, apesar de vir de longa data, nas últimas décadas a cooperação Sul-Sul parece ganhar novo fôlego, passando a viver um momento especialmente importante em sua história. A ascensão dos países emergentes exerce papel fundamental na formatação deste contexto, sobretudo no período pós Guerra Fria.

Desde então, países em desenvolvimento como Brasil, China e Índia tem auferido taxas de crescimento superiores à média mundial. O bom desempenho econômico é fator fundamental para que estes países ganhem respeito e espaço na cena política internacional, procurando influenciar no processo de consolidação de um mundo multipolarizado.

Nesse sentido, Zhou Zhiwei (2011) aponta para uma *mudança qualitativa* ocorrida no âmbito da cooperação Sul-Sul. Para ele, as décadas de 50 e 60 tinham marcado um momento no qual os países emergentes buscavam sua autodeterminação, ou seja, livrar-se da enorme influência exercida pelas duas grandes potências durante a Guerra Fria. Passado isso, e na iminência de adentrar ao século XXI, as nações emergentes lutariam para alcançar papel mais decisivo nos assuntos internacionais, no intuito de participar ativamente do processo de governança global. (ZHIWEI, 2011)

2.2 O surgimento do BRICS

A ascensão coletiva das potências emergentes como um grupo é uma das manifestações mais marcantes do início do século 21, bem como uma força motriz importante para as mudanças de padrão mundial. A cooperação entre os países emergentes se tornou um elemento absolutamente decisivo para as perspectivas de ascensão dos respectivos países e para a orientação da evolução do padrão mundial. (ZHIWEI, 2011, p.44)

Neste ponto destaca-se a singular importância que vem adquirindo os BRICS, grupo composto por Brasil, Rússia, Índia, China e, recentemente, África do Sul. O termo BRIC – ainda sem a presença da África do Sul – foi cunhado em 2001 pelo economista Jim O’Neil, do Goldman Sachs. Ele se utilizou deste acrônimo para fazer referência a quatro grandes nações em desenvolvimento, industrializadas no pós-guerra e que apresentaram crescimento acima da média mundial nas últimas décadas.

O’Neil exaltava o potencial futuro de crescimento destas nações no que diz respeito ao aumento de sua participação no produto mundial, o que conferiria a este grupo uma posição

mais relevante dentro do sistema internacional, além de recomendar os países como locais propícios ao investimento estrangeiro no início do século XXI.

Certamente não foi a criação desta sigla que conferiu maior importância a nenhum destes países, mas sim a importância destes países – cada qual a seu modo – que conferiu relevância a sigla. Na realidade, ela foi fruto da observação da conjuntura global que revelava a ascensão destas nações, tanto no âmbito econômico quanto político. Fonseca Jr (2012, p. 14) assinala algumas semelhanças – como grande extensão territorial e grande população – e muitas diferenças, principalmente históricas e culturais. Mas afirma que “o que os aproximava, além das oportunidades de investimento, eram oportunidades de exercício de poder”.

Esta observação vai ao encontro do que foi exposto anteriormente neste trabalho a respeito de oportunidades criadas a partir do relacionamento entre países emergentes, a dita cooperação Sul-Sul. Novamente aparece sua importância não apenas em termos econômicos, através do estímulo ao investimento ou a troca de mercadorias. Mas a dimensão que parece ser fundamental aqui diz respeito ao potencial de transformação que este grupo de países emergentes poderia vir a exercer no jogo de poder, influenciando na reconfiguração da ordem internacional.

Percebe-se que o poder econômico e o poder político, embora não sejam sinônimos, estão intimamente relacionados. Isto é visível dentro do sistema global e confirma as palavras de Zhou Zhiwei (2011) quando este diz que:

A ascensão econômica das potências emergentes ajuda a aumentar a influência dos países emergentes em assuntos políticos e econômicos internacionais, tornando-se assim uma força importante para promover a multipolarização do sistema internacional e da democratização do sistema de governança global (ZHIWEI, 2011, p.45)

Deve ficar claro que nos primeiros anos do século XXI o BRIC, ou BRICS, não passava de uma sigla que identificava determinados países emergentes. No entanto, já havia a percepção por parte de líderes destes países sobre a importância de se aproximarem para discutir assuntos de interesse mútuo e dialogar sobre temas da agenda internacional.

Prova disso foi a consolidação já em 2003 do fórum IBAS, envolvendo três destas nações emergentes, quais sejam: Índia, Brasil e África do Sul. A formalização deste fórum de discussão se deu em Brasília, numa reunião envolvendo ministros dos três países. O lançamento da declaração de Brasília deu vida a esta iniciativa de cooperação trilateral que tinha como norte

promover a cooperação Sul-Sul. Os principais objetivos do IBAS podem ser resumidos pelas diretrizes a seguir:

- Promover o diálogo Sul-Sul, cooperação e posições comuns em questões de importância internacional;
- Promover oportunidades de comércio e investimento entre as três regiões que cada um faz parte;
- Promover a diminuição da pobreza e o desenvolvimento social;
- Promover a troca trilateral de informações, melhores práticas internacionais, tecnologias e habilidades, bem como complementar as forças competitivas de cada um em sinergia coletiva;
- Promover a cooperação em diversas áreas, tais como agricultura, mudanças climáticas, cultura, defesa, educação, energia, saúde, sociedade de informação, ciência e tecnologia, desenvolvimento social, comércio e investimento, turismo e transportes.

A consolidação do BRIC se dá apenas alguns anos mais tarde. Em 2006 e em 2007 acontecem dois almoços de trabalho envolvendo líderes dos quatro países, paralelos às Assembleias Gerais da ONU. Somente um ano depois, mais exatamente em maio de 2008, acontece de fato “a primeira reunião formal de chanceleres [...] em Ecaterimburgo, marcando o momento em que o BRIC deixou de ser uma sigla que identificava quatro países ascendentes na ordem econômica internacional para se tornar uma entidade político-diplomática” (FONTENELE REIS, 2012, p.36).

Destas conversas em Ecaterimburgo surge um comunicado que lista diversos pontos em que as quatro nações possuem posições coincidentes. As preocupações abrangem áreas variadas, tais como segurança e estabilidade internacional, fortalecimento do multilateralismo no âmbito da ONU e necessidades de reforma para tornar este órgão mais representativo e eficaz. Aborda-se também assuntos como o desarmamento, repúdio ao terrorismo, bem como incentivo a solução de conflitos internacionais por vias diplomáticas. Fala-se ainda em combate a fome e a pobreza, melhores condições de desenvolvimento para os países e aprofundamento das discussões sobre temas econômicos e financeiros, buscando fortalecer a cooperação.

Desde 2009, Brasil, Rússia, Índia e China passaram a reunir-se anualmente em forma de cúpulas. A primeira delas foi realizada na Rússia, na mesma cidade de Ecaterimburgo. Boa parte da discussão foi referente à necessidade de reforma das instituições financeiras

internacionais, bem como o fortalecimento da representação deste grupo de países, principalmente frente ao G20, que dava sinais que se tornaria o principal fórum para cooperação econômica internacional a partir da crise que fora iniciada em 2008. Devido ao cenário de crise, era natural que os assuntos econômicos dominassem a pauta de discussões desta cúpula.

A segunda cúpula foi realizada no Brasil, na capital Brasília, e procurou ampliar os horizontes das discussões. Na realidade esse horizonte já vinha sendo ampliado ao longo daquele ano, 2010, através do surgimento de uma série de iniciativas que expandiam a cooperação entre os países do BRIC. Dentre tais iniciativas, destacam-se: o primeiro encontro entre chefes de institutos estatísticos, o primeiro encontro de ministros da agricultura, encontro de presidentes dos bancos de desenvolvimento, o fórum empresarial do BRIC, etc.

O estreitamento do diálogo em diferentes frentes representou um avanço na composição do BRIC enquanto entidade político-diplomática. Para Fontenele Reis (2012, p.40) “essas iniciativas contribuem para criar um mecanismo cujas atividades não se resumem a um exercício de Cúpula a Cúpula, mas que propicia uma interação intensa e contínua entre seus membros em diferentes áreas”.

Ainda no ano de 2010, outra importante decisão foi tomada pelo grupo. Em reunião realizada à margem da Assembleia Geral da ONU, os chanceleres dos quatro países decidiram pelo ingresso da África do Sul no BRIC, que agora passa a ser BRICS. Dessa maneira o grupo passa a contar com representantes em quatro diferentes continentes. Tal inclusão viria a ser oficializada no próximo encontro de Cúpula da entidade.

A terceira cúpula foi realizada em Sanya, na China, em abril de 2011. Além de oficializar a incorporação da África do Sul ao grupo, foram aprofundadas as iniciativas gestadas no ano anterior, com novos encontros de autoridades de áreas específicas, bem como a realização do segundo fórum empresarial, o que parece formar uma agenda de cooperação intra-BRICS (FONTANELE REIS, 2012). Houve também uma reunião entre ministros do comércio, com o intuito de fomentar as negociações entre os países.

Buscou-se, ainda, intensificar o diálogo na tentativa de coordenar esforços a serem postos em prática nas futuras reuniões dos foros multilaterais, especialmente no G20, que vinha se confirmando como o principal foro de coordenação e cooperação econômica internacional.

Mantendo-se o caráter itinerante das Cúpulas, a quarta delas foi realizada em Nova Deli, capital da Índia, em março de 2012. O principal assunto deste encontro foi a criação de um Banco de Desenvolvimento do BRICS, que se apresentaria como uma fonte de recursos alternativa ao FMI e ao Banco Mundial, para financiar projetos em países em desenvolvimento.

Novamente foram levantadas as preocupações do grupo com a recuperação da economia global, as instabilidades vividas na Europa e também com a consolidação de reformas no âmbito das organizações multilaterais. Além disso, foram discutidas novas formas de estimular o comércio entre os países do BRICS e também foi assinado um acordo para facilitar as trocas comerciais em moedas locais.

Além da cooperação comercial, foi fomentada a discussão em outras frentes como saúde, agricultura, mudanças climáticas, com atenção especial dedicada a área de ciência e tecnologia. A este respeito, neste encontro o Brasil anunciou a intenção de construir, em parceria com empresas internacionais, um satélite geoestacionário de comunicação estratégica entre governos. Já na parte política, as discussões foram dominadas pelas tensões no Oriente Médio, com atenção especial para a questão da Síria. Aqui, novamente os países do BRICS reforçaram sua posição de apoio ao diálogo e à diplomacia como a principal ferramenta para a solução de conflitos internacionais de modo pacífico.

Percebe-se, dessa maneira, como o BRICS tem atuado visando se consolidar cada vez mais como importante entidade político-diplomática, reforçando seus laços políticos e econômicos a fim de desenvolver a cooperação entre as nações. Procura articular mecanismos pelos quais aumente sua participação relativa nos grandes fóruns econômicos, de modo a influenciar ativamente nas decisões sobre assuntos de relevância mundial.

A aspiração por maior participação no sistema de governança global se justifica por corrigir assimetrias entre o poder político e o crescente potencial econômico destas nações. Ao longo das últimas décadas, Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul aumentaram sua participação econômica no cenário internacional, fruto de crescimento acima da média mundial. Vale ressaltar a singular importância da China, devido à dimensão do seu crescimento, que representa um incrível potencial transformador. Este país tem alterado a divisão internacional do trabalho e tem sido considerada a fábrica do mundo (POCHMANN 2011).

A tabela 1 mostra o crescimento médio do PIB mundial, dos membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico e dos países que integram o BRICS, nas últimas três décadas. O período de interesse compreende, portanto, os anos de 1980 a 2011. Isto se faz diferente apenas no caso da Rússia*, pois o Banco Mundial disponibiliza seus dados apenas a partir do ano de 1990.

Nota-se que, embora isso não se faça valer para todas as décadas em questão, a partir do século XXI, de fato, todos os países do BRICS cresceram em ritmo superior à média mundial. Isto evidencia a dita ascensão dos emergentes nas últimas décadas, sobretudo pós 2000. O

crescimento médio mundial aquém da média dos países do BRICS confere a estes países importância crescente de sua participação em relação ao PIB global.

Tabela 1: Crescimento médio do PIB para períodos selecionados

Anos	80-89	90-99	00-11	80-11
Mundo	3,14	2,74	2,68	2,84
Brasil	2,99	1,70	3,62	2,82
Rússia*	-	-4,91	5,29	0,66*
Índia	5,69	5,73	7,18	6,26
China	9,75	9,99	10,22	10,00
África do Sul	2,24	1,39	3,55	2,46
Membros OCDE	3,06	2,55	1,72	2,40

Fonte: Banco Mundial

Segundo dados do Banco Mundial, em 2002 o Brasil representava 1,5% de tudo que era produzido no mundo, já em 2011 este número subiu para 3,5%. No caso da Rússia, novo aumento. Em 2002 ela respondia por 1% do PIB mundial, em 2011 por 2,6%. A Índia também confirma a trajetória ascendente dos países em desenvolvimento, sendo que seu percentual cresceu de 1,5 para 2,6 nos referidos anos. A África do Sul é o país menos representativo do bloco em termos de participação no PIB global, mesmo assim verificou aumento de 0,3% em 2002, para 0,6% em 2011.

A China é de longe o país que mais alavancou o crescimento dos emergentes. Em 2002 ela já era a nação mais representativa do ponto de vista produtivo, respondendo por 4,4%. Nove anos mais tarde, seu salto fica evidente ao representar 10,4% do PIB mundial. Deste modo, consolida-se como a segunda economia mundial, ficando atrás apenas dos EUA.

Percebe-se, portanto, que todos os países do BRICS registraram crescimento de participação no PIB mundial ao longo da primeira década do século XXI. Agregando-se os dados enquanto bloco, o aumento foi de 8,7% para 18,1%, praticamente um quinto de toda a produção do planeta.

É interessante perceber que enquanto as economias emergentes ganham espaço, os países já desenvolvidos perdem. É o caso de Alemanha (6% para 5,1%), França (4,4% para 4%), Reino Unido (4,8% para 3,5%), Japão (11,8% para 8,4%), Itália (3,7% para 3,1%) e também da maior potência mundial, os EUA. Este último foi o que registrou queda mais acentuada de participação. Em 2002 representava 31,8%, já em 2011 atingiu a marca de 21,6%.

No ranking das maiores economias mundiais, a África do Sul fechou o ano de 2012 na 29ª colocação. Índia na décima, Rússia na oitava e o Brasil – que em 2011 havia ultrapassado o Reino Unido, tornando-se a sexta economia mundial – voltou a ser a sétima.

O BRICS também teve papel de liderança no crescimento da economia mundial, dado que respondeu por 34% do crescimento do PIB global de 2000 a 2009, a preços constantes em 2000 (51% durante 2005 – 2009). A participação no comércio internacional também teve elevação expressiva, subiu de 7% das exportações mundiais em 2000 para 15% em 2009. As vendas externas dos BRICS pularam de US\$ 452 bilhões para US\$ 1,8 trilhão no período (PUGA 2011).

Neste período as exportações brasileiras tiveram um crescimento médio anual de 13,3%. Assim, se em 2000 exportamos cerca de 55 bilhões de dólares, em 2009 foram 153 bilhões.

Veremos mais adiante, na tabela 2, que os números seguiram crescendo nos anos subsequentes. Assim, em 2012, a corrente de comércio dos BRICS ultrapassou a marca dos US\$ 6 trilhões.

Brasil, Rússia, Índia e China são fornecedores mundiais de alimentos, fontes de energia, bens intensivos em mão de obra e bens de alta tecnologia, respectivamente (PUGA 2011). Ainda segundo Puga (2011, p. 2), “a entrada da África do Sul aumentou a importância dos BRICS no suprimento mundial de bens intermediários e matérias-primas”.

Apesar do grande crescimento do comércio dos países BRICS com o restante do mundo, ele salienta que o comércio intragrupo poderia ser ainda mais fortalecido, sobretudo devido ao potencial de complementariedade observado nas pautas de exportação destes países.

Ocorre que as transações comerciais giram bastante em torno da China e ela acaba sendo o principal parceiro de todos os países do grupo. Desta maneira, ela representa um peso importante para a corrente de comércio dos países do grupo, ao passo que Brasil, Rússia, Índia e África do Sul não possuem peso tão relevante na corrente comercial chinesa.

A tabela 2 dispõe dados sobre a evolução do comércio exterior – tanto de exportações, quanto de importações – para cada um dos países do BRICS, no período entre 2002 e 2012, além de agregar os números enquanto bloco em sua última coluna.

Em uma primeira análise é facilmente percebido que todos os países tiveram variação positiva em sua corrente de comércio no período estabelecido. A corrente brasileira e a sul-africana aumentaram cerca de quatro vezes, a chinesa seis, a russa cinco e a indiana sete. Consequentemente, a corrente do BRICS também cresceu. Isto foi diferente apenas para o ano de 2009, quando o bloco apresentou retração, reflexo da crise que abalou a economia internacional.

Além disso, percebe-se que Brasil, China e Rússia apresentam superávit comercial em todos os anos da amostra, enquanto o contrário se faz verdadeiro nos casos de Índia e África do Sul.

Tabela 2: Evolução do comércio exterior dos BRICS (em US\$ bilhões)

Anos	Brasil				Rússia				Índia			
	X	M	C	S	X	M	C	S	X	M	C	S
2002	60	47	107	13	107	46	153	61	50	57	107	-7
2003	73	48	121	25	134	57	191	77	59	72	131	-13
2004	97	63	160	34	182	76	258	106	76	99	175	-23
2005	119	74	193	45	241	99	340	142	100	141	241	-41
2006	138	91	229	47	301	138	439	163	121	178	299	-57
2007	161	121	282	40	352	200	552	152	146	219	365	-73
2008	198	173	371	25	468	267	735	201	182	316	498	-134
2009	153	128	281	25	302	171	473	131	177	266	443	-89
2010	197	182	379	15	397	229	626	168	220	350	570	-130
2011	256	226	482	30	517	306	823	211	301	462	763	-161
2012	243	223	466	20	525	316	841	209	290	489	779	-199

Anos	China				África do Sul				BRICS			
	X	M	C	S	X	M	C	S	X	M	C	S
2002	326	295	621	31	23	26	49	-3	566	471	1037	95
2003	438	413	851	25	32	35	67	-3	736	625	1361	111
2004	593	561	1154	32	40	48	88	-8	988	847	1835	141
2005	762	660	1422	102	47	55	102	-8	1269	1029	2298	240
2006	969	791	1760	178	53	68	121	-15	1582	1266	2848	316
2007	1220	956	2176	264	64	80	144	-16	1943	1576	3519	367
2008	1431	1133	2564	298	74	88	162	-14	2353	1977	4330	376
2009	1202	1006	2208	196	54	64	118	-10	1888	1635	3523	253
2010	1578	1396	2974	182	71	80	151	-9	2463	2237	4700	226
2011	1898	1743	3641	155	93	100	193	-7	3065	2837	5902	228
2012	2044	1749	3793	295	87	102	189	-15	3189	2879	6068	310

Fonte: Ministério das Relações Exteriores

Na tabela 3, a seguir, agrupamos apenas os números totais da corrente de comércio dos BRICS, ou seja, sem fazer distinção entre exportações e importações. Isto foi feito de modo a analisarmos mais facilmente a evolução da participação percentual de cada um dos países no total comercializado pelo bloco.

Tabela 3: corrente de comércio e sua variação percentual

Corrente de Comércio dos BRICS (em US\$ bilhões)						
ANO	Brasil	China	Índia	Rússia	África do Sul	BRICS
2002	108	621	108	153	49	1038
2012	466	3793	779	841	189	6068

Percentual em relação ao bloco						
ANO	Brasil	China	Índia	Rússia	África do Sul	BRICS
2002	10,40	59,83	10,40	14,74	4,72	100
2012	7,68	62,51	12,84	13,86	3,11	100

Fonte: Ministério das Relações Exteriores, elaboração própria.

Verificou-se, de tal forma que, apesar de todos os países apresentarem crescimento no comércio, apenas Índia e China aumentaram sua participação percentual perante o bloco entre 2002 e 2012.

Na seção seguinte o foco será a relação entre Brasil e China, como ela se desenvolveu e de que forma pode alavancar o processo de desenvolvimento brasileiro.

2.3 O fortalecimento da relação Brasil-China: interesses e motivações

No final da década de 70 e início da década de 80, Brasil e China deram sinais de aproximação e fortalecimento dos laços diplomático, político e econômicos. Após o reestabelecimento das relações diplomáticas ocorrido em 1974, os governos iniciaram conversações a respeito de cooperação em diferentes áreas com o intuito de alavancar o progresso e o desenvolvimento dos dois países. Em janeiro de 1978 foi assinado um acordo governamental sobre comércio e, a partir daí, seguiram negociações que culminaram na assinatura de diversos outros acordos e protocolos em diferentes esferas – como em relação a transporte marítimo, uso de energia nuclear, setor siderúrgico, eletricidade, além de cooperação científico-tecnológica, cultural, educacional, dentre outros – ao longo das décadas de 80 e 90.

Os dois países possuíam interesses nesta aproximação e no desenvolvimento da então incipiente relação bilateral. Tais interesses eram tanto políticos, por se tratar de dois países emergentes que buscavam articular maior participação nos foros de discussões internacionais, quanto econômicos, por serem dois países em desenvolvimento, com grande potencial de crescimento de mercado, além de possibilidades de complementariedade na esfera produtiva.

As principais motivações do lado Chinês relacionavam-se à importância do Brasil enquanto país de extenso território e população, dotado de uma economia relativamente sofisticada, segundo padrões da economia chinesa à época de Mao Zedong. Os chineses viam similaridades com o Brasil, por partilharem a característica de ser um grande país em desenvolvimento, em busca de uma inserção mais ativa e nobre no sistema internacional (BIATO JÚNIOR, 2010).

Já do lado brasileiro, a principal motivação para Biato Júnior (2010, p. 66) “seria as perspectivas de contratos e de exportações brasileiras, diante do impressionante crescimento da economia chinesa ao longo dos anos oitenta”. Além disso, havia claro interesse de ambos os lados no avanço que a troca de experiências governamentais e a cooperação científico-tecnológica poderiam significar.

Outro fator que necessita ser ressaltado é que a China via no Brasil uma importante fonte de abastecimento, em médio e longo prazo, de alguns produtos, sobretudo matérias-primas como minério de ferro e grãos, notadamente a soja. É interessante, e não foi por acaso, que anos mais tarde estes produtos tenham passado a dominar a pauta de exportação do Brasil para a China.

Havia também, por parte do Brasil, interesse particular no que diz respeito à questão de infraestrutura da China. Naquele tempo este país ainda se encontrava bastante atrasado em

relação a rodovias, portos, telecomunicações, etc. Abria-se, desta forma, um possível mercado para o fornecimento de serviços técnicos especializados por parte de empresas brasileiras.

Além disso, o governo chinês buscava desenvolver seu potencial energético através de um programa de construção de hidrelétricas. Neste ponto o Brasil vislumbrava uma oportunidade especial, devido ao fato de já possuímos conhecimento e experiência na área, vide a construção de Itaipu. Ainda segundo Biato Junior (2010, p. 64) “a cooperação na área de hidrelétricas, viria a formar, junto com a reativação do CBERS [Satélite Sino-Brasileiro], a base da estratégia brasileira para dar sentido concreto, nos anos noventa, a Parceria Estratégica Sino-brasileira”.

No início da década de 90, diversas autoridades do alto escalão do governo chinês fizeram frequentes visitas ao Brasil como forma de estreitar os laços entre os dois países. Isto se deveu, possivelmente, ao resfriamento das relações entre a China e algumas potências mundiais, decorrente de certo isolamento econômico e político, imposto pelas democracias ocidentais em resposta aos incidentes da Praça da Paz Celestial em junho de 1989. Neste contexto, a China viu no Brasil a imagem de um fiel parceiro que não lhe deu as costas num momento bastante delicado das relações políticas chinesa com o resto do mundo.

Seja como for, o fato é que isso contribuiu para um aumento no grau de relacionamento entre os dois países no início dos anos 90. Isto se juntou à tendência de aproximação entre as nações em desenvolvimento que se observa já no final do século XX. Neste ponto, os países periféricos parecem abrir os olhos para a importância e as vantagens de se relacionarem uns com os outros, mas não apenas com os países ditos centrais, como já exposto anteriormente neste trabalho.

O capítulo a seguir é dividido em três partes, a primeira trata do longo processo transformador vivido pela China. A intenção é deixar claro como o país alcançou tamanho crescimento e qual a base que deu origem a isso. Posteriormente, aborda-se o desenvolvimento da relação bilateral ao longo da década de noventa. A última seção diz respeito a grande evolução do comércio entre os dois países ao longo da primeira década do século XXI.

3 DA ABERTURA CHINESA À EVOLUÇÃO DA RELAÇÃO BILATERAL

3.1 O grande processo transformador Chinês e as bases para o desenvolvimento do comércio

A República Popular da China, fundada em primeiro de outubro de 1949, era um país bastante diferente da China que observamos no século XXI. Foi a partir daquele ano, com a chegada do Partido Comunista ao comando, que se desencadeou um longo processo de transformação estrutural, que culminou no que poderíamos classificar, sem receio de exagero, como uma incrível revolução social, política e econômica no país.

“A consolidação da China nos moldes atuais, de maior integração política e econômica com o restante do mundo, não se deu de forma repentina. A abertura do mercado chinês conduzida atentamente pelas mãos do Estado, apesar de datada nos fins dos anos 70, teve suas bases possibilitadas em períodos anteriores, mais precisamente com ascensão do Partido Comunista Chinês (PCC) ao poder.” (LUI 2010, pág.16)

A evolução da sociedade chinesa na segunda metade do século XX foi, sem dúvida, marcante e determinante para os rumos que tomou esta nação. No entanto, extrapola os limites e o interesse deste trabalho esmiuçar como se deu a evolução das reformas, as trocas de comando entre as lideranças do Partido Comunista, os vícios e virtudes das diferentes diretrizes de planejamento central ao longo do período.

Portanto, o foco deverá ser as transformações econômicas que levaram a China a sair da condição de um dos países mais pobres do planeta para se tornar uma das principais nações comerciais do mundo moderno. É neste ponto que se manifesta a importância do grande progresso chinês, não somente para a vida de sua população, mas também por influenciar o cenário internacional e os rumos de uma série de outros países no mundo globalizado.

Entre a década de 50 e meados dos anos 70 a China experimentou uma série de confusas reformas em seu sistema agrário. O objetivo era aumentar sequencialmente a produção, de modo a gerar as bases necessárias para suportar o desenvolvimento nacional vislumbrado. Com tal intuito, ora centralizaram o controle das decisões relativas à produção no âmbito do Estado,

ora delegaram maior poder decisório aos próprios camponeses, embora os obrigassem a comercializar apenas com o governo e a preços módicos.

Na indústria era o Estado quem ditava o ritmo e direcionava os projetos e os vultosos investimentos. Inicialmente buscaram fortalecer as indústrias de base, com atenção especial voltada para o setor de produção de maquinarias, mineração e siderurgia. Posteriormente planejaram modernizar e diversificar o então incipiente parque industrial chinês.

Tais investimentos geraram algum ganho na produção agrícola, possibilitando maior crescimento por parte da indústria. No entanto, o desenvolvimento ficou aquém do planejado. O período foi marcado por rigidez política, que acentuou as contradições internas, e registrou crescimento do PIB de maneira um tanto irregular, alternando anos de alta e de baixa expansão.

Foi a partir do final da década de 70, decorrente de mudanças no alto escalão do governo, que a China passou a experimentar um crescimento econômico vigoroso e sustentado. Com a chegada de Deng Xiaoping ao poder, o ritmo transformador foi alterado. Este apresentou novas medidas políticas de abertura, bem como reformas institucionais que criaram os meios necessários para seu desenvolvimento e para o crescimento acelerado que décadas mais tarde intrigaria o mundo.

A China iniciou, em 1978, um processo de modernização da economia com o objetivo de construir um sistema de mercado dentro do socialismo. As linhas condutoras dessa reforma são as chamadas “quatro modernizações” (da Agricultura, da Indústria, da Cultura e da Defesa). Na agricultura, introduziram-se tecnologia, mecanização e um novo sistema de remuneração (contratos familiares e amplo ajuste de preços). Na indústria, priorizaram-se abertura ao exterior, modernização tecnológica e prêmios em dinheiro aos trabalhadores. E na educação foram empreendidas medidas de reforço. (SERRA, 2003 apud VICENTE, 2004, p. 1)

Tais reformas pretendiam aumentar a capacidade produtiva da China, bem como explorar seu potencial exportador, ampliando seu relacionamento com outros países, e fomentando seu então modesto comércio exterior. Para tanto, seria necessário capacitar a população através da educação, aumentando sua produtividade, além de qualidade e padrão de vida, ao reduzir desigualdades, no intuito de elevar a China a outro patamar no cenário político-econômico mundial.

Não constitui nenhuma novidade o fabuloso desempenho econômico da China desde as reformas iniciadas por Deng Xiaoping em 1978. Neste período, o PIB apresentou um crescimento real médio anual de 10% — que se compara com uma taxa de 3,7%

para o período 1960-1977 —, ao mesmo tempo em que a inflação, na média, foi de 6% ao ano. Esse crescimento foi um dos fatores por trás da gigantesca redução da pobreza. (NONNENBERG, 2010, p. 201)

De início foram anunciados importantes incentivos para o campo, tais como redução nos preços de maquinário agrícola, fertilizantes, inseticidas e outros insumos, permitindo maior mecanização e utilização de métodos menos arcaicos de produção. Além de elevar o preço pago pelo Estado aos camponeses por seus produtos, permitiram que estes comercializassem seu excedente agrícola livremente no mercado, sem controle de preços. Esta última parte foi especialmente importante para encorajar a prática da iniciativa privada, que era vista com maus olhos, sendo desestimulada, quando não proibida pelos antigos comandantes do país.

Conforme afirma Lui (2010, p. 26), “a iniciativa de Deng Xiaoping em promover maior autonomia à classe camponesa no quesito da produção e comercialização dos excedentes agrícolas foi bastante satisfatória.” Isto se refletiu positivamente na renda e no emprego, além de ajudar a alavancar a produção de grãos e alimentos básicos, aumentando a colheita em cerca de 30% no período de duas décadas. Este aumento de produção foi fundamental para que uma grande massa de trabalhadores pudesse ser deslocada para outros ramos de atividade.

Nesta época a indústria chinesa já havia experimentado algum crescimento em relação às décadas anteriores, mas ainda havia muito a avançar. Para tanto, uma das primeiras mudanças foi certa descentralização administrativa, deixando a cargo das empresas estatais responsabilidades antes muito concentradas no poder central, aumentando a autonomia das mesmas.

No entanto, para aprofundar e acelerar seu processo de desenvolvimento industrial era indispensável romper algumas barreiras presentes no país. Fez-se necessária certa abertura política e aproximação diplomática com algumas das principais nações desenvolvidas à época. Além disso, foi fundamental aceitar o ingresso de investimentos externos. Somente dessa maneira foi possível modernizar sua produção industrial, absorvendo do exterior tecnologias ainda desconhecidas em território chinês.

Foi com este intuito que o governo de Deng Xiaoping criou, em julho de 1979, as chamadas Zonas Econômicas Especiais (ZEE). Essas áreas sofreram um tipo de regulação diferenciada dos outros centros produtivos presentes no território chinês, sendo permitido o ingresso de capital produtivo e tecnologia estrangeiros, bem como de técnicas gerenciais ocidentais. Dessa forma a China desenvolveu mais rapidamente seu parque industrial, além de modernizá-lo. A produção nestas áreas foi voltada quase que exclusivamente para exportação.

A modernização implicou a implementação de políticas de abertura e reformas pró-mercado com o objetivo de maior inserção no mercado internacional. A criação de Zonas Econômicas Especiais (ZEE) visava a captação de capital e tecnologia estrangeiros, bem como a formação de empresas transnacionais, principalmente com Estados Unidos e Japão, com foco nas exportações. Para isso, aproveitou-se a principal vantagem chinesa que é o baixo custo da mão-de-obra. (BRACALE, 2002 apud VICENTE, 2004, p. 1)

Quatro cidades foram escolhidas para compor a primeira zona econômica especial na China no ano de 1979, três delas – Shantou (local de alta concentração de chineses retornados de exterior), Shenzhen (proximidade com Hong Kong), Zhuhai (proximidade com Macau) – localizadas na província de Guandong e outra na cidade de Xiamen (próxima a Taiwan) situada na província de Fujian. Essas cidades foram estrategicamente escolhidas por se situarem em regiões costeiras, facilitando o acesso à informação, tecnologia, ao know-how e principalmente aos investimentos diretos externos e ao comércio exterior. (LUI, 2010, p. 27-28)

O governo chinês não foi peça fundamental na engrenagem do desenvolvimento nestas áreas, tampouco exerceu papel central no planejamento e condução das práticas empresariais ali presentes. As empresas estrangeiras e seus parceiros locais estavam livres para atuar conforme as condições de mercado. Coube ao Estado, por outro lado, atuar como facilitador, criando as condições necessárias para o bom andamento dos negócios, investindo em áreas complementares. Novamente conforme Lui, 2010:

“Ao governo central, caberia o papel de facilitar as atividades nas ZEE através de incentivos e subsídios, redução dos impostos, proporcionar uma infraestrutura adequada para a atividade econômica e reduzir os trâmites burocráticos existentes, além de ofertar uma mão de obra capacitada e obediente. Isso revitalizaria o sistema produtivo; os investidores estrangeiros, em contrapartida, se encarregariam na introdução das novas tecnologias e dos modelos organizacionais, criação de novos postos de trabalho, aumentar o volume das exportações e atração de divisas externas.” (LUI, 2010, p. 29)

O estabelecimento das zonas econômicas especiais foi um sucesso, fazendo decolar a produção da região em relação ao restante do país em menos de uma década. Para Nonnenber, 2010:

“Os bons resultados obtidos nessas áreas levaram o governo chinês a criar, em 1984, outras 14 ZEEs semelhantes, ao longo do litoral. As áreas disponíveis para

investimentos estrangeiros expandiram-se rapidamente, atingindo todo o litoral, no final da década de 1980, e alcançando o interior do país na década seguinte”. (NONNENBERG, 2010, p. 204)

O longo processo transformador, que teve suas bases erguidas em décadas anteriores, realmente ganhava corpo. A criação das Zonas Econômicas Especiais foi o principal instrumento através do qual a China deixou para trás seu passado de isolamento e se inseriu de uma vez por todas no mapa das nações comerciais em desenvolvimento. Além disso, vale citar outro importante ponto para o desenvolvimento chinês, este mais contemporâneo, que foi a entrada da China na OMC, no início do século XXI.

Foi a ponte que levou a China a era moderna, um projeto de nação que possibilitou à China – décadas mais tarde – grande ascensão no cenário econômico mundial. Importante pontuar que todo esse processo transformador gerou uma série de importantes desdobramentos que se refletiram em mudanças para diversos outros países ao redor do mundo, dentre eles o Brasil.

Na seção seguinte vamos conferir como evoluiu o relacionamento entre os dois países ao longo da década de noventa.

3.2 As relações comerciais entre Brasil e China nos anos noventa

O processo de abertura político-comercial chinês permitiu que fosse criado ao longo do tempo laços com uma série de nações que se fizeram muito importantes no desenvolvimento daquele país, sobretudo no que tange seu crescimento comercial, representado pelo aumento de participação da China no total de importações e exportações mundiais.

Já foi ressaltado em seção anterior que a China expandiu seu comércio não apenas com as grandes nações já desenvolvidas, e com maior participação no comércio mundial (ex.: EUA, Alemanha, Japão), mas apresentou também importante crescimento de relações bilaterais com países em desenvolvimento, como seus vizinhos do leste asiático, além de aproximação com as economias que viriam a formar o BRICS.

O principal objetivo desta seção, e um dos propósitos deste trabalho, é compreender como se desenvolveu a relação bilateral entre Brasil e China a partir dos anos 90 – portanto pós abertura chinesa e estabilização da moeda brasileira – e de que maneira ela possibilitou, através

de forte integração comercial, que ambos os países aumentassem sua participação no comércio mundial nos anos seguintes.

Em linhas gerais, na década de 90 o dinamismo do PIB chinês já era verificado através de taxas de crescimento bastante elevadas. Por outro lado o Brasil passava por uma série de ajustes internos que lograram êxito no que diz respeito à estabilização da moeda nacional, mas resultaram em forte oscilação nas taxas de crescimento do PIB ao longo da década.

Dessa forma a China cresceu a uma média de 9,9% ao ano ao longo de toda a década, enquanto a média registrada pelo Brasil foi de cerca de 1,7% a.a. Abaixo apresento uma tabela do crescimento percentual do PIB de China e de Brasil ano a ano. Fica evidente a oscilação da economia brasileira, sobretudo nos anos pré estabilização, decorrente de uma série de ajustes internos.

Tabela 4: Crescimento percentual do PIB para anos selecionados

Ano	China	Brasil
1990	3,80	-4,30
1991	9,20	1,51
1992	14,20	-0,47
1993	14,00	4,67
1994	13,10	5,33
1995	10,90	4,42
1996	10,00	2,15
1997	9,30	3,37
1998	7,80	0,04
1999	7,60	0,25

Fonte: Banco Mundial, elaboração própria.

A China se valeu de seu grande potencial exportador que fora fomentado em décadas anteriores, aliado a altas taxas de investimento direto externo decorrente de aumento no fluxo de capital produtivo em direção à Ásia no período, além da força de seu mercado interno. Esses foram alguns dos fatores que fizeram com que o país conseguisse registrar números expressivos em relação ao crescimento do PIB ao longo da década.

Em contraponto ao dinamismo chinês, o Brasil passava por uma série de dificuldades internas. Buscando deixar para trás o fantasma da hiperinflação e envolto em uma bateria de confusos planos de estabilização da moeda nacional, o país acabou por registrar grande

oscilação em seu desempenho econômico, não conseguindo manter um ritmo de crescimento sustentado ao longo da década.

O modo diferenciado como os dois países conduziram suas políticas de abertura comercial refletiu-se diretamente no posicionamento alcançado por ambos no sistema mundial nas décadas seguintes. A China ampliou muito sua capacidade produtiva, e mais importante, conseguiu diversificar sua indústria, deixou de se configurar como mero exportador de mercadorias de baixa qualidade e passou a agregar significativo valor a suas manufaturas. Apostou na desvalorização da moeda nacional frente ao dólar, o que ajudou a impulsionar suas exportações, além de incentivar o investimento não apenas produtivo, mas também forte na área de P&D.

Por outro lado, o Brasil adotou estratégia diferente, passou por uma abertura muito mais abrupta e descontrolada do que o parceiro asiático. Além de não conseguir alavancar de maneira significativa sua taxa de investimento, a utilização da âncora cambial no processo de estabilização da moeda e a abertura dos mercados como tentativa de aumentar o dinamismo econômico do país gerou impacto nefasto à indústria nacional.

A “enxurrada” de importados foi um forte golpe na indústria brasileira que não estava adequadamente preparada para encarar a concorrência internacional. O país manteve certo crescimento na pauta de exportação, puxado por mercadorias de baixo valor agregado, mas o boom nas importações inverteu a lógica da balança comercial brasileira na segunda metade da década de 90. A partir de 1995 o país passou a apresentar seguidos déficits, puxados pela crescente importação de manufaturados.

Dessa maneira, a China passou a desempenhar um papel de relevância crescente na cena econômica mundial, enquanto o Brasil viu seu desenvolvimento atrasado e não conseguiu se posicionar de maneira tão “nobre” na divisão internacional do trabalho.

A tabela 5 mostra a totalidade do comércio brasileiro com o mundo ao longo da década de noventa e é perceptível o crescimento da corrente comercial brasileira. Se em 1990 a soma de exportações e importações era cerca de 52 bilhões de dólares, dez anos mais tarde este valor mais do que dobrara, ultrapassando a casa dos 110 bilhões.

Além disso, fica evidenciada a inversão anteriormente citada. Entre 1990 e 1994 o Brasil registrou altos índices de superávit comercial, mas em decorrência das políticas implementadas ao longo dos anos, esta lógica se inverteu. O aumento descontrolado de importações acabou superando o crescimento de exportações e o país passou a registrar déficits a partir de 1995.

Tabela 5: Balança Comercial para anos selecionados

Balança Comercial Brasileira (em US\$)			
Anos	Exportações	Importações	Saldo Comercial
1990	31.413.756.040	20.661.362.039	10.752.394.001
1991	31.620.439.443	21.040.470.792	10.579.968.651
1992	35.792.985.844	20.554.091.051	15.238.894.793
1993	38.554.769.047	25.256.000.927	13.298.768.120
1994	43.545.148.862	33.078.690.132	10.466.458.730
1995	46.506.282.414	49.971.896.207	-3.465.613.793
1996	47.746.728.158	53.345.767.156	-5.599.038.998
1997	52.982.725.829	59.747.227.088	-6.764.501.259
1998	51.139.861.545	57.763.475.974	-6.623.614.429
1999	48.012.789.947	49.301.557.692	-1.288.767.745
2000	55.118.919.865	55.850.663.138	-731.743.273

Fonte: SECEX, elaboração própria

Se pararmos para analisar apenas o comércio entre Brasil e China ao longo deste período perceberemos que a relação segue a mesma lógica do comércio realizado com o restante do mundo, inclusive em nível mais acentuado. Enquanto o aumento médio de exportações e importações do Brasil para o mundo foi cerca de 6% e 12% respectivamente ao longo do período, o crescimento médio do comércio entre Brasil e China foi de 19,2% para exportações e 33% para importações.

Os dados relatados no parágrafo anterior, que são da Secretaria de Comércio Exterior, evidenciam que a participação chinesa na balança comercial brasileira já registrava crescimento, que se acentuaria na década seguinte.

Em 1990 a corrente de comércio Brasil-China somava US\$ 550 milhões de dólares, sendo US\$ 380 milhões de exportações e US\$168 de importações, portanto a relação era superavitária para o lado brasileiro. Dez anos mais tarde a corrente havia quadruplicado, chegando a mais de 2 bilhões de dólares, mas então o superávit havia passado para o lado chinês. No ano 2000 exportamos cerca de US\$ 1 bilhão e importamos aproximadamente US\$ 1,2 bilhão.

A exemplo do que aconteceu com a balança brasileira como um todo, a conta com a China também se mostrou superavitária na primeira metade e deficitária na segunda metade da década. A tabela abaixo ilustra a situação aqui comentada.

Por meio da tabela 6 podemos identificar que houve altos e baixos no comércio entre as duas nações ao longo da década de noventa. Percebe-se que a partir de 1991 houve aumento na corrente de comércio em todos os anos até 1997, quando por dificuldades conjunturais, como crise e redução de fluxo de capitais, o comércio se retraiu.

Essa redução do comércio bilateral originou-se, em parte, de dificuldades conjunturais vividas pelos dois países em 1997 e 1998. A crise financeira asiática e a nova crise cambial brasileira foram os principais fatores para o resfriamento do comércio entre os dois países. Além desses fatores, as exportações brasileiras para a China foram afetadas negativamente pela queda dos preços das commodities agropecuárias no mercado internacional ocorrida em 1999 (BIATO JÚNIOR, 2010).

Apesar das oscilações da economia brasileira e de fatores conjunturais que afetaram ambos os países em algum momento, a década de 90 é a década em que se registra uma maior aproximação comercial entre Brasil e China até então. Entre 1990 e 2000 as exportações cresceram cerca de 180%, a importações mais de 600% e a corrente de comércio como um todo cresceu aproximadamente 420%, considerando os dados divulgados pela Secretaria de Comércio Exterior.

Tabela 6: Balança Comercial entre Brasil e China para anos selecionados

Balança Comercial Brasil-China (em US\$)			
Anos	Exportações	Importações	Saldo Comercial
1990	381.803.845	168.792.327	213.011.518
1991	226.405.821	129.040.536	97.365.285
1992	460.031.616	116.775.031	343.256.585
1993	779.394.972	304.856.536	474.538.436
1994	822.416.147	463.495.924	358.920.223
1995	1.203.750.528	1.041.728.048	162.022.480
1996	1.113.828.697	1.132.883.363	-19.054.666
1997	1.088.213.686	1.166.420.980	-78.207.294
1998	904.879.640	1.033.806.095	-128.926.455
1999	676.142.137	865.219.126	-189.076.989
2000	1.085.301.597	1.222.098.317	-136.796.720

Fonte: SECEX, elaboração própria

Dessa forma, a China elevou sua representatividade na balança comercial brasileira. Em 1990 o país representava 1,22% do total de exportações do Brasil e 0,82% do total de importações. Dez anos mais tarde passara a representar 1,97% das exportações e 2,19% das importações.

Ainda assim, veremos a seguir que é a partir dos anos 2000 que essa relação vai realmente se aprofundar, sobretudo após o ingresso da China na OMC, fazendo com que a China passe a figurar entre os principais parceiros comerciais do Brasil anos mais tarde.

3.3 Anos 2000: crescimento acelerado e novos desafios

Conforme verificamos anteriormente, no final dos anos noventa houve retração no crescente comércio sino-brasileiro. Naquele momento a China ainda não era sequer o principal parceiro asiático do Brasil, ficando atrás de Japão e Coreia do Sul, mas veremos que após a recuperação registrada no ano de 1999 para o ano 2000, com um crescimento de 60% em exportações e 41% em importações de um ano a outro, a relação bilateral passará a se desenvolver a passos largos.

Outra mudança observada será a retomada do superávit por parte do Brasil. Após registrar déficit entre 1996 e 2000, o país voltará a exportar mais do que importar dos chineses, a exemplo do que acontecia na primeira metade da década de noventa. A lógica se fará verdadeira também para o relacionamento do Brasil com o restante do mundo, durante a primeira década do século XXI o país apresenta a balança positiva em todos os anos.

O ano 2000 parece marcar uma inflexão no comércio sino-brasileiro, pois a tendência de retração apresentada em 98 e 99 é invertida. Se naqueles anos importações e exportações haviam se contraído, em 2000 ambos expandem significativamente (exportações crescem 60,5% e importações 41,25%). Ainda assim, neste ano o volume importado supera o exportado em US\$136 milhões.

No ano seguinte as exportações dispararam, crescendo mais de 70% em relação ao ano anterior. Isto, aliado ao crescimento modesto das importações, inferior a 10%, faz com que o Brasil volte a registrar superávit – superior a US\$ 500 milhões – em sua relação com a China. De 2001 a 2006 a balança se mantém superavitária em todos os anos, sendo o maior deles

registrado em 2003 (US\$ 2,3 bilhões) e o menor em 2006 (US\$ 411 milhões). Os números são da Secretaria de Comércio Exterior e serão expostos com mais clareza logo na sequência.

A redinamização do comércio bilateral no início dos anos 2000 convive com a consolidação de sua estrutura nas bases existentes desde o final da década de noventa. Com efeito, a composição das exportações brasileiras à China no início dos anos 2000 em pouco difere do quadro registrado no período de 1997 a 1999, época em que o Brasil já exportava majoritariamente matérias-primas à China, e dela importava principalmente produtos eletrônicos, máquinas e instrumentos (BIATO JÚNIOR, 2010, p. 113)

A frase de Biato Júnior soa como um sinal de alerta ao Brasil, uma vez que ela aponta que já em meados dos anos noventa a relação entre os dois países nada tinha a ver com aquilo que era esperado em termos de cooperação Sul-Sul, uma relação horizontal que viria a gerar ganhos mútuos para países emergentes.

Além disso, a respeito dos interesses citados anteriormente de Brasil e China na parceria estratégica entre os dois países, parece que apenas os interesses do país asiático se concretizaram. Ou seja, a China ganhara sim um parceiro do qual poderia se abastecer de alimentos e uma série de outros produtos básicos necessários à manutenção de seu acelerado ritmo de crescimento. No entanto, o anseio brasileiro de vender produtos de alto valor, além de projetos técnicos especializados para a China não se tornara realidade, ou ao menos não fator de destaque na relação entre os países.

Já ao final dos noventa e início dos anos 2000 autores brasileiros começavam a questionar se não estaríamos reproduzindo junto à China a velha tendência comercial brasileira em relação aos países desenvolvidos, exercendo o papel de exportador de produtos básicos, como minério, soja e matérias-primas em geral, e comprador de produtos com maior potencial tecnológico agregado.

Maurício Mesquita Pereira (2005) diz que “Mais emblemática do que o saldo comercial é a composição do comércio bilateral [...] as exportações líquidas da América Latina para a China só são relevantes em produtos primários”.

Biato Júnior (2010, p. 113) adiciona que:

O que efetivamente se modificou entre o período de 1997-1999 e o período de 2000-2003 foi a escala das exportações brasileiras, tanto no caso da soja quanto no de minério de ferro, impulsionadas, de um lado, pela aceleração da expansão da indústria siderúrgica chinesa, e de outro, pela abertura do mercado chinês a importações de soja

em grão. O dinamismo que caracterizou as exportações brasileiras de soja e ferro não se manifestou, entretanto, no setor de produtos semimanufaturados e manufaturados.

A discussão que vem à tona é sobre a possível desindustrialização, ou reprimarização, da economia brasileira como consequência negativa do crescimento da relação comercial entre os dois países. A China, além de aumentar significativamente a demanda por produtos básicos, seria ainda um possível concorrente de peso para a indústria brasileira. Em uma ponta incentivaria nossa produção básica, na outra desestimularia – devido à forte concorrência – a produção de produtos manufaturados.

Extrapolando, no entanto, o escopo desta seção uma análise aprofundada sobre esse debate. Posteriormente farei considerações com vistas à balança comercial Brasil-China aberta por alguns segmentos e produtos, mas no momento é interessante que acompanhem a evolução dos números gerais referentes à corrente comercial brasileira com a China e com o restante do mundo.

Passada a tendência de queda registrada nos finais dos anos noventa e entrando na primeira década do século XXI o Brasil volta a experimentar crescimento em sua corrente de comércio, no entanto, a partir dos anos 2000 percebe-se uma clara aceleração em sua relação com a China. As negociações com a China irão crescer a taxas percentuais mais elevadas do que as registradas com qualquer outro parceiro comercial brasileiro.

A tabela 7 mostra a evolução do comércio brasileiro nos anos 2000. Os números evidenciam qual foi o crescimento percentual, tanto de exportações quanto de importações, em relação ao montante registrado no ano anterior. Dessa forma, temos que em 2001 o total de exportações brasileiras foi 5,75% superior do que em 2000, já o total de importações brasileiras foi 0,45% inferior em relação ao mesmo período.

Além disso, o quadro permite um comparativo direto do crescimento total de exportações e importações, ou seja, tudo aquilo que o Brasil vendeu ou comprou de todo o mundo, e o crescimento de exportações e importações apenas para a China. Dessa maneira podemos observar que o crescimento da relação bilateral se deu a taxas muito superiores às aquelas registradas com o restante do mundo. Por exemplo, em 2001 as cifras alcançadas com as exportações para a China excederam em 75,26% o que fora registrado no ano 2000, já as importações cresceram 8,7%.

Percebe-se que a tendência ao longo da primeira década do século XXI foi de forte elevação na corrente de comércio brasileiro. Tanto no geral quanto em relação à China, poucos foram os anos em que se registrou retração.

O total de exportações brasileiras apresentou crescimento para todos os anos da série, exceto em 2009 em decorrência da crise mundial iniciada no ano anterior. Repare que as exportações do Brasil para a China registraram crescimento em todos os anos da série em patamar nunca inferior a 20%, inclusive em meio a crise. Isso evidencia o dinamismo da relação entre os dois países.

Por outro lado, o início da década foi de retração no total de importações brasileiras, em 2001, e sobretudo em 2002, o Brasil diminuiu o valor de suas compras do exterior, voltando a crescer a partir de 2003. Nota-se, entretanto, que o total de importações oriundas da China cresceu inclusive nestes primeiros anos da década.

De 2003 a 2010 o total de importações brasileiras cresce em todos os anos, novamente com exceção feita a 2009, ano em que a crise internacional foi mais sentida pelo país. Repare que a taxa de crescimento com a China é sempre superior em relação ao crescimento total, e em 2009, quando ambos registram retração, os negócios com a China apresentam menor queda.

Fazendo uma média do crescimento verifica-se que no geral tanto exportações quanto importações cresceram cerca de 15% ao ano. Fazendo o mesmo cálculo considerando apenas a corrente de comércio entre Brasil e China, perceberemos que as exportações brasileiras para aquele país subiram em média 41% e as importações cerca de 38% ao ano, ao longo do período compreendido entre 2001 e 2010.

Tabela 7: Crescimento percentual do comércio para anos selecionados

Crescimento do comércio em relação ao ano anterior (em %)				
Brasil-Total			Brasil-China	
Anos	Exportação	Importação	Exportação	Importação
2001	5,75	-0,45	75,26	8,7
2002	3,69	-15,03	32,54	16,98
2003	21,12	2,29	79,83	38,21
2004	32,07	30,03	20,03	72,76
2005	22,6	17,13	25,61	44,31
2006	16,26	24,12	22,93	49,23
2007	16,58	32,04	27,93	57,95
2008	23,21	43,42	53,72	58,81
2009	-22,71	-26,17	27,12	-20,62
2010	31,98	42,32	46,57	60,86

Fonte: SECEX, elaboração própria

Diante de tais números, temos que a China não apenas foi fundamental no desenvolvimento do comércio brasileiro no período, mas também passou a exercer um papel cada vez mais significativo em nossa balança comercial. Para evidenciar este fato cabe analisar outra tabela que virá a seguir e contempla o aumento de participação chinesa nas exportações e importações brasileiras.

A tabela 8 apresenta os números da evolução da participação chinesa em relação a totalidade do comércio brasileiro. Através dela fica evidente o caminho percorrido pela China para se tornar o principal parceiro comercial do Brasil, suplantando importantes parceiros históricos. Fica clara a enorme transformação ocorrida ao longo dessa década no modo como os dois países se relacionam.

Se analisarmos a participação chinesa nas exportações brasileiras perceberemos períodos diferenciados de expansão e de estabilização. Por exemplo de 2000 a 2003 fica evidente um crescimento acelerado ano a ano, saltando de 1,97% no início para 6,19% ao final do período de apenas três anos. Por outro lado, 2003 a 2007 foi um período no qual apesar das exportações brasileiras para a China crescerem a taxa de participação daquele país em relação a nosso total exportado se manteve relativamente estável. Alternando anos de redução e anos de crescimento, em quatro anos a participação saiu de 6,19% para 6,69%. Assim temos que em três anos, de 2000 a 2003, a participação cresceu 4,22%, já no segundo período, de quatro anos entre 2003 e 2007, a participação crescer apenas meio ponto percentual. Nota-se claramente um período de rápida expansão e outro de relativa estabilidade.

Na sequência observa-se retomada do crescimento acelerado da participação chinesa nas exportações brasileiras. Entre 2007 e 2010 o número saltou de 6,69% para 15,25%, mais do que dobrando a participação em apenas três anos. A análise do período completo permite verificar que a China saltou de uma participação de 1,97% no total de exportações brasileiras para 15,25% em apenas uma década.

Agora passemos às importações. Veja que em 2000, de tudo que o Brasil comprava do mundo, 2,19% eram oriundos da China. Ao analisar a série como um todo, nota-se que o crescimento na participação se deu de maneira gradual, sem a observação de períodos diferenciados como ocorrera com as exportações.

Assim, aumentando sua participação ano a ano e sem interrupções, os produtos chineses foram ganhando cada vez mais espaço no mercado brasileiro, chegando a significar cerca de 14% do total de nossa pauta de importações no ano de 2010.

Tabela 8: Participação chinesa em relação ao total do comércio brasileiro (em %)

Participação chinesa em relação ao total do comércio brasileiro (em %)		
Anos	Exportações	Importações
2000	1,97	2,19
2001	3,26	2,39
2002	4,17	3,29
2003	6,19	4,44
2004	5,63	5,91
2005	5,77	7,28
2006	6,1	8,75
2007	6,69	10,46
2008	8,35	11,59
2009	13,73	12,46
2010	15,25	14,08

Fonte: SECEX, elaboração própria

Esta “explosão” na relação comercial entre Brasil e China, como já foi observado, gera uma série de oportunidades para o nosso país, mas gera também uma série de desafios. Um dos principais desafios é referente à indústria nacional, pois a abertura do mercado para os produtos chineses faz aumentar significativamente a concorrência para os similares nacionais, sobretudo produtos manufaturados e semimanufaturados, que dominam a pauta de importação brasileira daquele país.

Além disso, devemos ficar atentos para a possibilidade de a China comprar do Brasil grande quantidade de produtos primários, indicando que essa relação em nada se diferencia das relações comerciais brasileiras com países desenvolvidos.

Para tanto, é necessário analisarmos a balança comercial brasileira com a China de maneira mais minuciosa, conferindo quais os segmentos mais afetados e também quais os principais produtos comercializados entre os dois países. É basicamente isso que se pretende fazer na seção final deste trabalho.

A partir desta análise será possível fazer uma crítica mais assertiva sobre a situação do comércio entre os dois países, quais suas implicações positivas e negativas no que diz respeito ao desempenho da balança comercial brasileiras nas últimas décadas.

3.4 Participação de Brasil e China na estrutura do PIB mundial

Como já foi explorado anteriormente neste trabalho, a trajetória ascendente dos países em desenvolvimento já vem de décadas passadas. Ao longo do tempo estes países vem aumentando sua participação no comércio mundial, além de registrarem mais participação em relação ao PIB global.

Porém, em nenhum momento isso se fez tão verdadeiro quanto na primeira década do século XXI. Esse período foi marcado pelo que podemos classificar como um deslocamento do eixo produtivo. O que ocorreu de fato é que os países já desenvolvidos e que dominam o comércio mundial passaram a registrar queda de participação do seu PIB em relação ao resto do mundo, enquanto os países em desenvolvimento viram sua participação relativa crescer.

Para efeito de comparação, resolvi selecionar alguns países desenvolvidos e com importante participação histórica tanto no PIB quanto no comércio mundial, além dos países que compõem o grupo do BRICS. A tabela a seguir traz a estrutura do produto interno bruto mundial e a participação percentual destes países. É interessante que vejamos a evolução que se deu ao longo do período e as diferentes trajetórias de países desenvolvidos e os ditos emergentes.

A tabela 9 evidencia que todos os países desenvolvidos que foram selecionados – Alemanha, EUA, França, Itália, Reino Unido e Japão – registraram queda em sua participação no PIB global entre o ano de 2002 e 2011.

Repare que as quedas mais acentuadas foram justamente das duas maiores nações produtoras à época, EUA e Japão. Os EUA observaram um recuo superior a 10 pontos percentuais, já o Japão cerca de 3,4 pontos. Se em 2002 as duas nações juntas eram responsáveis por 43,57% de tudo que era produzido no mundo, dez anos mais tarde passaram a representar um terço da produção mundial.

Reino Unido, Alemanha, Itália e França também viram reduzida sua participação em relação ao PIB mundial ao longo da década, ainda que em valores mais modestos.

Por outro lado, todos os países emergentes que compõem o BRICS obtiveram crescimento neste mesmo índice. O crescimento menos vertiginoso foi o da África do Sul, mesmo assim repare que este país quase dobrou sua participação no PIB mundial entre 2002 e 2011.

A Rússia viu sua participação crescer bastante, inclusive ultrapassando a Índia, que também não ficou muito para trás. Em destaque coloco as posições relativas de Brasil e de

China, por serem os países de maior interesse para o nosso estudo. Além disso, destaco também o BRICS e sua participação enquanto bloco.

Em 2002 o Brasil representava 1,51% de tudo que era produzido no mundo, em 2006 já havia superado a barreira dos 2% e em 2010 dos 3%. Em 2011 a produção brasileira correspondia a 3,54% da produção mundial, portanto mais do que duplicou ao longo da década.

A China foi um caso à parte, o país que mais cresce no mundo nas últimas décadas confirmou sua trajetória de ascensão acelerada e também mais do que dobrou sua participação na produção mundial, que em 2002 já era a maior em relação aos países BRICS. Se verificarmos, em 2011 o país representa mais do que todos os outros países do bloco somados, além de ter deixado para trás Alemanha, Reino Unido e Japão, tornando-se o segundo maior produtor do planeta, atrás apenas dos EUA.

Tabela 9 – Participação percentual no PIB Mundial (países selecionados)

Países	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Alemanha	6,02	6,47	6,46	6,06	5,86	5,95	5,91	5,7	5,16	5,1
Estados Unidos	31,8	29,6	27,97	27,55	26,94	25,06	23,32	23,95	22,88	21,57
França	4,36	4,78	4,87	4,68	4,56	4,62	4,62	4,53	4,04	3,96
Itália	3,66	4,02	4,09	3,89	3,76	3,79	3,75	3,65	3,24	3,14
Reino Unido	4,84	4,97	5,22	4,99	4,94	5,03	4,33	3,75	3,57	3,48
Japão	11,77	11,29	10,91	9,97	8,81	7,84	7,96	8,7	8,69	8,39
(BRICS)	8,77	9,05	9,77	10,91	12,13	13,77	15,22	16,37	18,39	19,85
Brasil	1,51	1,47	1,57	1,93	2,2	2,45	2,7	2,8	3,39	3,54
Rússia	1,04	1,15	1,4	1,67	2	2,33	2,71	2,11	2,36	2,66
Índia	1,52	1,6	1,71	1,83	1,92	2,22	1,98	2,35	2,67	2,64
China	4,37	4,38	4,57	4,94	5,48	6,26	7,38	8,62	9,39	10,43
África do Sul	0,33	0,45	0,52	0,54	0,53	0,51	0,45	0,49	0,58	0,58

Fonte: Banco Mundial, elaboração própria

Podemos perceber que o ritmo de crescimento do PIB chinês se acentua após 2004, possivelmente colhendo frutos de sua entrada na Organização Mundial do Comércio, na qual foi aceita anos antes.

O aumento da participação do BRICS enquanto bloco confirma a tendência de crescimento dos países emergentes. Liderado pelo crescimento chinês, mas também ajudado pelo crescimento de todos os países do bloco, o grupo viu sua participação no PIB mundial crescer de 8,77% em 2002 para 19,85% em 2011. Portanto, em questão de uma década o país passou a representar praticamente um quinto de tudo aquilo que é produzido no planeta.

No capítulo a seguir o foco será na balança comercial brasileira, sobretudo na evolução do comércio com a China, país que se tornou o principal parceiro comercial do Brasil já na primeira década do século XXI. Procuraremos compreender quais os principais produtos trocados entre eles e o que isso representa para ambos.

4 IMPACTOS NA BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA

4.1 A inversão da lógica nos anos noventa

Após apresentar uma série de transformações ocorridas no sistema internacional ao longo das últimas décadas e suas implicações na inserção de Brasil e China no mercado mundial, neste capítulo procuro analisar mais a fundo o desenvolvimento da relação entre os dois países, focando agora nos produtos e serviços trocados entre eles, além de suas consequências para a balança comercial e a composição do PIB brasileiro.

Quando se fala do comércio entre Brasil e China é comum que se repita que a pauta de exportação brasileira registra predomínio de produtos primários em detrimento dos industrializados e que nossa pauta importadora segue a lógica inversa. É importante salientar, no entanto, que nem sempre foi assim. Há cerca de 20 anos a situação verificada era diametralmente oposta à que observamos atualmente.

Em 1993, por exemplo, ano em que a corrente de comércio entre os países superou a marca de um bilhão de dólares, de acordo com dados da Secretaria de Comércio Exterior, além do Brasil registrar superávit comercial da ordem de US\$ 474 milhões, 84% das exportações brasileiras foram de produtos industrializados e apenas 16% básicos. E mais, daqueles, dois terços eram referentes a produtos manufaturados, sendo o terço restante produtos semimanufaturados.

Nos três anos seguintes a principal mudança foi o fato de os semimanufaturados passarem a dominar a pauta dos industrializados, mesmo assim os manufaturados seguiam em vantagem em relação aos básicos. Ou seja, a ideia de que o Brasil vende produtos primários para a China e dela compra produtos industrializados não se fazia verdadeira duas décadas atrás. Veremos mais adiante como esta lógica se inverteu.

A tabela 10 evidencia essa situação. No início da década de noventa a maior parte das exportações brasileiras para a China eram de produtos industrializados. Entre 1993 e 1995 a participação dos produtos básicos nas exportações do Brasil para o parceiro asiático se manteve sempre abaixo dos 20%, ou seja, menos de um quinto do total negociado.

Tabela 10: Exportações brasileiras para a China 1992 - 1996 (em dólares)

Ano	Total	Básicos	Industrializados	Semimanufaturados	Manufaturados
1992	460.031.616	112.160.809	347.870.807	220.257.369	127.613.438
1993	779.394.972	124.250.658	655.072.162	221.899.764	433.172.398
1994	822.416.147	144.275.834	677.987.929	470.247.063	207.740.866
1995	1.203.750.528	191.379.625	1.012.201.469	689.196.478	323.004.991
1996	1.113.828.697	402.603.867	710.989.018	455.160.555	255.828.463

Fonte: SECEX

Com a estabilização da moeda nacional – com câmbio sobrevalorizado – e a maior abertura de nossos mercados para o comércio internacional, a balança comercial brasileira sofreu radical mudança ainda em meados da década de noventa.

O câmbio artificialmente valorizado foi um dos fatores que acelerou a inversão da lógica no comércio entre Brasil e China, foi ainda um duro golpe para os industriais brasileiros. Primeiro porque se tornou vantajoso comprar máquinas importadas, segundo porque a maior parte das empresas brasileiras não estavam suficientemente estruturadas para fazer frente à concorrência internacional. Além disso, nossas mercadorias industrializadas tornaram-se mais caras para os chineses.

O final do período selecionado na tabela acima marcará um claro ponto de inflexão. Percebemos que já em 1996 há redução significativa na exportação de produtos industrializados, ao passo que a exportação de básicos mais do que dobra de um ano para o outro. Isso culminará que em 1997, pela primeira vez na década, o Brasil exportará mais produtos básicos do que industrializados para a China.

Veremos a seguir que não se tratava de mera dificuldade momentânea, mas sim da inversão dos papéis na relação bilateral. A tendência veio para ficar, fato que foi confirmado já nos anos seguintes, conforme a tabela 11.

Tabela 11: Exportações brasileiras para a China 1997 - 2000 (em dólares)

Ano	Total	Básicos	Industrializados	Semimanufaturados	Manufaturados
1997	1.088.213.686	566.977.265	520.772.893	329.962.522	190.810.371
1998	904.879.640	628.299.976	276.217.835	152.215.822	124.002.013
1999	676.142.137	423.330.844	252.476.770	145.477.270	106.999.500
2000	1.085.301.597	739.772.864	344.520.213	140.785.837	203.734.376

Fonte: SECEX

Em 1997 o Brasil exportou mais produtos básicos do que produtos industrializados para a China. A diferença foi mínima, é verdade, mas é possível notar que rapidamente ela se acentuaria.

A queda acentuada na exportação deste tipo de produtos na segunda metade da década de noventa fez com que o Brasil terminasse a década exportando praticamente os mesmos valores que exportava no início dela, considerando apenas os industrializados.

Em 1990 a China comprou cerca de US\$ 306 milhões e após forte elevação na primeira metade da década, em 2000 comprou US\$ 344 milhões. Já se verificarmos a evolução na exportação de produtos básicos para o mesmo período, veremos que em 1990 a China havia importado do Brasil US\$ 74 milhões, já em 2000 essa cifra esteve na casa dos US\$ 739 milhões. Ou seja, enquanto o valor dos industrializados se manteve praticamente igual, o valor dos básicos cresceu aproximadamente 10 vezes.

Como citado anteriormente neste trabalho, um dos principais interesses do lado brasileiro na relação com a China era o de se estabelecer como fornecedor de bens e serviços de alto valor agregado. De acordo com os números analisados é possível identificar que já nos anos noventa a corrente de comércio sino-brasileira estava se dirigindo para o lado oposto do que planejava o Brasil.

4.2 Diversificação da pauta exportadora versus importadora

Nesta seção procuro analisar o grau de concentração das pautas exportadora e importadora brasileira no comércio com o nosso principal parceiro comercial.

Neste primeiro momento não me preocupo em relatar quais são os principais produtos trocados entre os países – isto será feito na seção seguinte –, o intuito é primeiramente compreender o nível de diversificação que essa relação bilateral possibilita para nossa pauta exportadora e importadora.

O desenvolvimento da parceria com a China gera uma série de oportunidades para comerciantes brasileiros, tanto exportadores quanto importadores. No entanto perceberemos que existe um lado mais favorecido neste processo.

Quanto mais diversificada for a pauta, mais oportunidades devem ser geradas para um número maior de empresários em diferentes segmentos. A lógica é simples, se a pauta brasileira de comércio com a China for bastante diversificada, estaremos proporcionando mais chances para que os empresários tirem proveito do grande crescimento do comércio entre os dois países. Por outro lado, sendo a pauta pouco diversificada, as oportunidades geradas estarão restritas a poucos segmentos, e consequentemente menos comerciantes são favorecidos.

Partindo deste princípio perceberemos que os importadores brasileiros tem muito mais oportunidades de tirar proveito do comércio com os chineses do que os exportadores. É verdade que as cifras que giram dos dois lados da corrente são bastante elevadas, no entanto, mostro a seguir que a gama de produtos exportados pelo Brasil é muito mais restrita do que a dos importados.

A Tabela 12 demonstra qual o peso dos cem principais produtos exportados e dos cem principais produtos importados pelo Brasil. Isso quer dizer que no ano de 2000, o cem produtos mais exportados pelo país para a China representavam um peso de 91,47% de toda a pauta. Já os cem principais produtos que o Brasil comprou da China naquele ano representou 48,98 do total importado.

Fica evidente que a pauta exportadora brasileira é muito mais concentrada em um menor número de produto do que a pauta importadora. Isso se explica de um lado pela alta diversificação da indústria chinesa e de outro pela alta concentração das exportações brasileiras em poucos produtos primários.

Repare que ao longo de todo o período, os principais produtos que o Brasil exporta nunca representaram menos do que 85% do total, a mínima histórica se deu no ano de 2005.

Por outro lado, em apenas um ano da amostra os principais produtos importados representaram um percentual superior a 60% do total da pauta, o que aconteceu no ano de 2004.

Tabela 12: Concentração das pautas exportadora e importadora – 100 principais produtos (%)

Anos	2000	2001	2002	2003	2004
Exportações	91,47	96,32	93,71	92,04	95,08
Importações	48,98	54,66	58,81	55,38	60,81

Anos	2005	2006	2007	2008	2009
Exportações	87,51	96,46	94,59	98,01	97,24
Importações	54,32	53,19	49,11	51,15	43,95

Anos	2010	2011	2012	2013	2014
Exportações	98,68	95,71	98,62	97,68	98,37
Importações	46,81	36,78	42,16	39,62	42,56

Fonte: SECEX, elaboração própria

4.3 Principais produtos importados pelo Brasil

Agora que já vimos a enorme concentração de um lado da pauta e relativa diversificação de outro, cabe mostrar quais são os principais produtos trocados entre Brasil e China.

A intenção não é de fazer uma comparação ano a ano como foi realizada na seção anterior, mas elencar os principais produtos e verificar possíveis variações em seu peso ao longo do período.

Primeiramente analiso os números referentes às importações. Os dados utilizados são os divulgados pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, que disponibiliza a balança aberta por produtos a partir do ano 2000. Vale lembrar que neste ano tanto importações quanto exportações superaram a marca de US\$ 1 bilhão e somados formaram uma corrente de aproximadamente US\$ 2,3 bilhões, a máxima histórica até então.

Naquele ano os produtos que dominaram a pauta de importações foram coque de hulha, peças para aparelhos eletrônicos e dispositivos LCD. É interessante ressaltar que os eletrônicos se mantem até hoje entre os mais importados pelo Brasil, obviamente em uma escala muito superior à registrada 15 anos atrás.

Por exemplo o item destacado como “partes para aparelhos de rádio e televisão”, no ano 2000 aparecia em terceiro no ranking dos mais importados, somando cerca de US\$ 50 milhões,

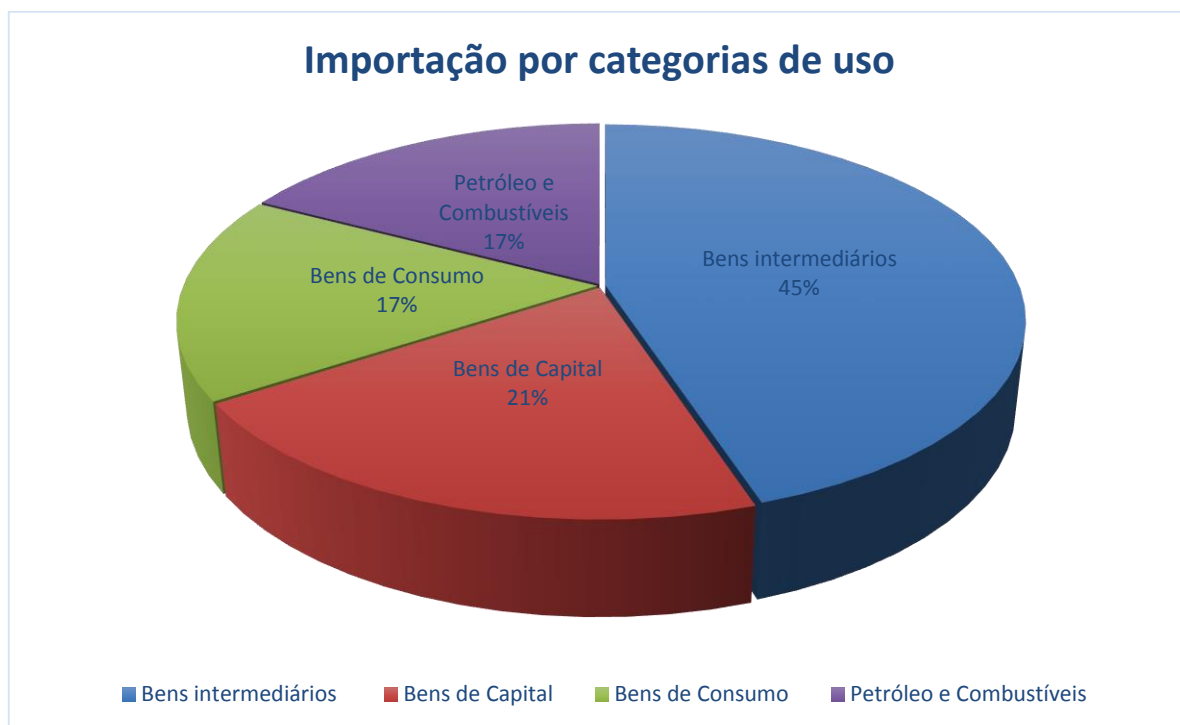
em 2005 a cifra chegava perto dos US\$ 100 milhões e cinco anos mais tarde havia ultrapassado US\$ 1 bilhão, um crescimento estrondoso no período de uma década. Em 2014 foi o segundo item mais importado, com cerca de US\$ 1,4 bilhões, ficando atrás apenas de “partes para aparelhos de telefonia”, que somou quase US\$ 1,5 bilhões.

Nenhum dos principais produtos importados pelo Brasil chega a representar individualmente 5% do total da pauta de importações, o que corrobora com a ideia posta anteriormente de relativa diversificação nesta parte da pauta. Veremos adiante que isso não se faz verdadeiro para as exportações, onde apenas um produto pode representar um terço de tudo que se vende.

Outra característica marcante da pauta de importações do Brasil – essa em relação ao geral das importações – é o fato de que compramos muitos produtos intermediários e poucos produtos acabados. Isso quer dizer que muito do que vem para o Brasil são peças que servirão para a confecção de outros produtos em solo brasileiro. Isso fica evidente no gráfico abaixo, nota-se que menos de 20% são bens de consumo.

O gráfico 1 é relativo ao total de importações brasileiras no ano de 2014, vemos que quase metade daquilo que se importa são referentes a bens intermediários, outros 21% de bens de capital, 17% bens de consumo e 17% combustíveis em geral. Abaixo, a Tabela 13 completa com dados relativos às importações brasileiras provenientes da China.

Gráfico 1



Fonte: SECEX

Percebe-se pela Tabela 13 que a importação de produtos chineses cresceu de maneira muito acelerada ao longo do período, fazendo com que o montante importado se multiplicasse por trinta em apenas uma década e meia. Além disso, fica clara a tendência de importarmos cada vez mais produtos industrializados, em detrimento de produtos básicos.

No ano 2000 a supremacia já era total por parte dos industrializados, que representavam cerca de 91% da pauta. Após recuar um pouco nos anos seguintes, chegando a 84% em 2003, voltou a subir, alcançando 95% já em 2005. No ano de 2014 os industrializados representam 98,2%, sendo 98% manufaturados, 0,2% semimanufaturados e apenas 1,8% de produtos básicos.

Tabela 13: Pauta importadora Brasil-China por fator agregado

Ano	TOTAL		Básicos	Semimanufaturados	Manufaturados	Industrializados
	US\$ FOB	Var. %	US\$ FOB	US\$ FOB (A)	US\$ FOB (B)	US\$ FOB (A) + (B)
2000	1.222.098.317	0	100.585.572	16.421.442	1.105.091.303	1.121.512.745
2001	1.328.389.311	8,7	139.642.447	18.917.186	1.169.829.678	1.188.746.864
2002	1.553.993.640	16,98	227.309.574	18.542.630	1.308.141.436	1.326.684.066
2003	2.147.801.000	38,21	326.212.087	26.514.858	1.795.074.055	1.821.588.913
2004	3.710.477.153	72,76	389.370.734	51.009.658	3.270.096.761	3.321.106.419
2005	5.354.519.361	44,31	245.778.933	67.433.753	5.041.306.675	5.108.740.428
2006	7.990.448.434	49,23	202.519.041	85.123.377	7.702.806.016	7.787.929.393
2007	12.621.273.347	57,95	321.506.433	92.063.961	12.207.702.953	12.299.766.914
2008	20.044.460.592	58,81	864.485.183	106.325.973	19.073.649.436	19.179.975.409
2009	15.911.133.748	-20,62	255.852.321	42.837.706	15.612.443.721	15.655.281.427
2010	25.595.419.005	60,86	535.605.508	104.595.944	24.955.217.553	25.059.813.497
2011	32.790.634.943	28,11	887.588.382	103.417.940	31.799.628.621	31.903.046.561
2012	34.251.274.099	4,45	723.867.164	104.266.004	33.423.140.931	33.527.406.935
2013	37.303.817.486	8,91	852.482.834	65.311.110	36.386.023.542	36.451.334.652
2014	37.340.607.027	0,1	672.729.899	92.867.380	36.575.009.748	36.667.877.128

Fonte: SECEX

Os principais produtos comprados em 2014 foram relativos a partes para telefonia, partes para rádio e televisão, terminais portáteis para celular e telas para microcomputadores.

4.4 Principais produtos exportados pelo Brasil

Já identificamos que a pauta exportadora é muito mais concentrada em uma gama menor de produtos. Além disso, outra característica dela é o fato de ser recheada de uma série de produtos básicos. Ao contrário do que se observa na pauta importadora, o grosso de nossas exportações não está em produtos de alto valor agregado.

Vimos que no início dos anos noventa, quando a relação sino-brasileira ainda apresentava cifras mais modestas – corrente inferior a US\$ 1 bilhão – o Brasil chegou a exportar mais produtos industrializados. Com a inversão já demonstrada ao longo daquela década os básicos passaram a dominar a pauta.

Os dois produtos que passaram a dominar a pauta de exportação, de acordo com a Secretaria de Comércio Exterior, foram soja e minério de ferro. Por exemplo, já no ano 2000 eles respondiam juntos por quase metade de tudo aquilo que exportávamos para a China.

Percebe-se que a demanda chinesa pelos dois produtos citados na Tabela 14 vem aumentando significativamente. De 2000 a 2011 ambos apresentaram crescimento ano a ano. Em 2012 foi a primeira vez que um deles apresentou retração, foi o minério de ferro e sua demanda se reduziu em aproximadamente 22% em relação ao ano anterior.

Essa queda na exportação do minério de ferro foi a principal responsável por fazer com que a corrente comercial entre Brasil e China recuasse de 2011 para 2012. Aliás, este foi o primeiro recuo registrado no século XXI, nova baixa voltaria a ocorrer de 2013 para 2014, mais uma vez puxada por queda na exportação do minério. Esses dados evidenciam a forte dependência em relação a estes dois produtos para o bom andamento da balança comercial com a China e de um modo geral.

Entre 2000 e 2005 o crescimento médio das exportações de soja foi de 40%, já do minério foi de quase 50%, ainda assim a soja manteve-se como o principal produto em todo o período.

Em 2006 foi o primeiro ano em que a China importou mais minério de ferro do que soja do Brasil, isto aconteceu pois o crescimento médio da soja seguiu abaixo do minério. Entre 2005 e 2010 a soja teve crescimento médio de 35%, o minério expressivos 58% de média. Essa diferença acabou fazendo com que a soja perdesse o posto de principal produto de exportação brasileiro para a China entre os anos de 2006 a 2012.

De 2010 para cá a soja evoluiu em média 25% e o minério, que teve inclusive duas retrações, cresceu em média apenas 3%, o que o recolocou na posição de segundo produto mais comprado pelos chineses.

O ano de 2003 foi o que registrou a mínima histórica em relação a participação destes produtos na balança brasileira com a China, eles representaram 40%. Já em 2013 houve a máxima, ultrapassando os 70%, e em 2014 os dois produtos somados representaram 69,82% do total exportado pelo Brasil para aquele país.

Tabela 14: Os principais produtos exportados para a China (em US\$ e em % de participação)

Anos	Soja	%	Minério de ferro	%	Total	Somados
2000	337.350.321	31,09	175.976.879	16,22	1.085.223.878	47,30
2001	537.663.759	28,27	340.139.646	17,88	1.902.093.617	46,15
2002	825.474.522	32,75	416.437.265	16,52	2.520.457.098	49,27
2003	1.313.073.236	28,97	520.770.739	11,49	4.532.559.799	40,46
2004	1.621.735.722	29,81	781.363.202	14,36	5.439.956.312	44,17
2005	1.716.921.127	25,12	1.242.540.969	18,18	6.833.668.267	43,31
2006	2.431.569.314	28,94	2.141.645.500	25,49	8.402.368.827	54,43
2007	2.831.860.767	26,35	3.118.949.214	29,02	10.748.813.792	55,36
2008	5.324.052.177	32,46	4.114.503.367	25,08	16.403.038.989	57,54
2009	6.342.964.920	30,20	7.167.113.502	34,12	21.003.886.286	64,32
2010	7.133.440.544	23,17	12.178.956.241	39,56	30.785.906.442	62,73
2011	10.957.102.029	24,73	17.976.880.575	40,57	44.314.595.336	65,29
2012	11.880.053.553	28,82	13.950.844.361	33,84	41.227.540.253	62,65
2013	17.145.722.080	37,25	15.227.156.285	33,08	46.026.153.046	70,34
2014	16.615.105.360	40,91	11.744.118.112	28,91	40.616.107.929	69,82

Fonte: SECEX, elaboração própria

Além destes, os produtos que tem maior peso nas exportações brasileiras para a China atualmente – ano de 2014 – são óleos brutos de petróleo (8%), pastas químicas (3,5%), cana de açúcar (2,1%), miúdos (1,3%) e ferronióbio (0,9%).

4.5 Regressão da pauta exportadora

O extraordinário crescimento do comércio entre Brasil e China ao longo das últimas décadas gerou uma série de oportunidades e desafios para o governo brasileiro, empresários e população de um modo geral.

Por um lado o país se beneficia do aumento do comércio com a China, fazendo circular vultosas quantias tanto em atividades ligadas a exportação quanto a importação. Além disso,

como os chineses se configuram como um importador líquido do Brasil na maior parte do tempo, eles acabam auxiliando na geração de divisas e balanceamento do comércio brasileiro.

Ao longo dos anos 2000, na maior parte do tempo o superávit comercial registrado com a China representou não mais do que 10% do superávit brasileiro total. Isso se fez verdade entre os anos de 2002 a 2008. Após a crise, porém, o saldo comercial do Brasil em suas negociações com os chineses passou a ser ainda mais importante, pois representa percentuais significativos de participação no superávit total brasileiro.

O maior superávit que o Brasil registrou no século XXI foi no ano de 2006, cerca de US\$ 46,5 bilhões. Neste ano superávit com os chineses foi de apenas US\$ 411 milhões, menos de 1% em relação ao total. Já no período pós crise internacional a tendência era que o saldo comercial brasileiro fosse reduzido, o que acabou acontecendo. É importante notar, no entanto, que esta queda teria sido muito mais acentuada não fosse o parceiro chinês.

Entre 2009 e 2012, por exemplo, o superávit com a China representou em média 30% do total do saldo comercial brasileiro, sendo o pico em 2011, quando sua participação chegou a 38,7%. Isso ressalta a importância do comércio sino-brasileiro para a saúde financeira do nosso país.

Por outro lado, o principal desafio para o Brasil diz respeito a questão da indústria. Vimos que este é o segmento que mais tem sofrido após a crise internacional e também o que encontra maior dificuldade em relação a concorrência com os chineses por exemplo.

As barreiras geradas pela China à indústria brasileira – seja tomando terceiros mercados aos quais o Brasil exporta industrializados, seja desestimulando o investimento ou até mesmo pelo crescimento dos manufaturados chineses no mercado nacional – estão fazendo com que este segmento perca espaço em nossa balança comercial e na composição do nosso PIB.

Isto é preocupante, pois o alerta em relação a possibilidade de regressão da pauta exportadora brasileira, a dita reprimarização da economia, ou ainda desindustrialização, está mais viva do que nunca. O Brasil nunca foi uma potência industrial, é verdade, mas apesar de seu desenvolvimento atrasado, a participação deste setor no PIB e nas exportações brasileiras foi significativo, sobretudo em meados dos anos oitenta.

O processo de aceleração da industrialização brasileira se deu no pós-Guerra até meados dos anos 1980, com o peso do valor adicionado da indústria no PIB passando de 20% em 1947 até atingir a 36% em 1985, passando a decair a partir de então, chegando a pouco mais de 15% em 2011. A tendência a queda da indústria manufatureira no total do valor adicionado da economia tem sido mais evidente a partir de 2004.

(Carta IEDI n.525, 2012)

O desenvolvimento das relações econômicas com a China e o aumento da dependência da exportação de produtos básicos – principalmente de minérios e grãos – fez com que a participação dos manufaturados fosse se reduzindo ao longo do tempo, de tal maneira que após mais de 25 anos os produtos básicos voltaram a superar os produtos manufaturados em participação percentual no total de exportações do país.

A seguir veremos a completa inversão ocorrida entre 1994 e 2014, nela percebe-se que os semimanufaturados sofreram variação muito pouco significava quando comparados à variação dos produtos básicos e dos manufaturados.

A tabela 15 traz o percentual de participação dos produtos básicos, semimanufaturados e manufaturados no total exportado pelo Brasil. Isso quer dizer que em 1994, um quarto de tudo que o país exportava era referente a produtos básicos, já os manufaturados representavam cerca de 57% do total da pauta.

A interpretação que faço é de que com o passar do tempo os produtos básicos foram ganhando cada vez mais importância no total de exportações, em detrimento dos produtos de maior valor agregado. O aumento começa a ser sentido no início do século XXI e se acentua após o ano de 2006.

Essa inversão na balança comercial brasileira tem relação direta com o aumento do comércio entre Brasil e China e os moldes nos quais ele tem se desenvolvido. A pauta exportadora brasileira para o parceiro asiático está cada vez mais repleta de produtos básicos, e como o montante deste comércio é grande, acaba por se refletir na balança comercial de um modo geral.

A tabela poderia inclusive ser dividida em alguns períodos. Por exemplo, repare que entre 1994 e 1999 a participação dos produtos básicos se mantém praticamente inalterada, caindo um pouco em 2000 e subindo mais abruptamente no ano seguinte.

Se entre 1994 e 2000 a participação dos básicos girava em torno de 25% do total, a partir de 2001 até 2006 esse patamar é elevado para cerca de 30%. É a partir de 2006 que a inclinação da curva da participação dos produtos básicos parece se acentuar.

Tabela 15: Exportações por fator agregado (participação em %)

Anos	Básicos	Semimanufaturados	Manufaturados
1994	25,40	15,80	57,30
1995	23,60	19,70	55,00
1996	24,90	18,00	55,30
1997	27,30	16,00	55,10
1998	25,40	15,90	57,50
1999	24,60	16,60	56,90
2000	22,80	15,40	59,00
2001	26,40	14,20	56,50
2002	28,10	14,90	54,70
2003	29,00	15,00	54,30
2004	29,60	13,90	54,90
2005	29,30	13,50	55,10
2006	29,20	14,20	54,40
2007	32,10	13,60	52,30
2008	36,90	13,70	46,80
2009	40,50	13,40	44,00
2010	44,60	14,00	39,40
2011	47,80	14,10	36,30
2012	46,80	13,60	37,50
2013	46,70	12,60	38,70
2014	48,70	12,90	35,60

Fonte: SECEX, elaboração própria

Influenciada, dentre outros fatores, pelos altos preços das commodities no mercado internacional, os produtos não industrializados veem sua participação decolar em relação ao total, ao passo que os manufaturados registram queda significativa. O risco de reprimarização da economia brasileira torna-se evidente.

O debate sobre a importância da indústria para o desenvolvimento brasileiro deve, portanto, ser retomado a partir do reconhecimento que uma estrutura industrial imatura não permite explorar plenamente as vantagens em termos de aumento de

produtividade e de competitividade da economia que são possibilitados pelo processo de industrialização.

(Carta IEDI n.525, 2012)

No ano de 2008, em meio à crise internacional, a participação dos manufaturados ultrapassa negativamente a barreira dos 50%, dois anos mais tarde encolheria para menos de 40%. Neste meio tempo a participação dos básicos continua sua trajetória ascendente e no ano de 2010 ocorre o “cruzamento entre as linhas”.

Pela primeira vez desde o ano de 1978 o Brasil exporta mais produtos básicos do que produtos manufaturados. É um marco simbólico de uma tendência que vinha se confirmando e faz acender o farol vermelho para a situação da indústria brasileira, que há algum tempo já vinha “golpeada”.

No ano passado, em 2014, é registrada a máxima da série para a participação dos básicos e a mínima para os manufaturados. Desde 1977 o grau de participação dos produtos manufaturados não era tão baixo, já os básicos representam maior peso em 2014 do que representavam em 1978.

Temos assim a confirmação da inversão da balança comercial brasileira, puxada pelo comércio com a China, que faz com que o país esteja caminhando a passos largos para o passado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Da tendência internacional de cooperação entre os países em desenvolvimento, passando pela formação de importante bloco econômico – os BRICS – no qual figuram as principais potências emergentes de quatro diferentes continentes, e destacando a especial relação entre duas das principais nações do grupo – Brasil e China –, nota-se que o cenário econômico mundial mudou bastante ao longo de todo o período pós guerras, notadamente nas décadas mais recentes.

O Brasil, um país outrora essencialmente agrário, passa a figurar no rol de nações emergentes de industrialização tardia, mas com importante participação desse setor na formação do PIB e nas relações de comércio.

A China, de país extremamente fechado, agrário e subdesenvolvido, passa a uma das principais nações comerciais do mundo moderno, tornando-se não apenas industrial e exportadora, mas também um dos principais compradores de produtos estrangeiros, figurando como o principal parceiro comercial de uma série de países mundo afora.

A aproximação entre os dois países, pensado da ótica de uma relação sul-sul, gerou expectativas de ajuda mútua para que ambos trilhassem o caminho do desenvolvimento. A criação da parceria estratégica entre Brasil e China em meados dos anos noventa parecia ser um importante passo no desenvolvimento das forças produtivas dos dois países.

O boom da relação comercial entre os dois países fez a corrente comercial sino-brasileira aumentar em mais de 60 vezes no período de duas décadas. Isso significou aumentar o volume de transações de cerca de US\$ 1,3 bilhão em 1994 para aproximadamente US\$ 78 bilhões em 2014, sendo que o pico aconteceu em 2013, quando o volume ultrapassou os US\$ 83 bilhões.

A China, que não figurava nem entre os 10 principais parceiros comerciais do Brasil, deixou todos os outros países para trás, tornando-se em 2009 – ao ultrapassar o Estados Unidos – o principal parceiro comercial do nosso país.

A manutenção dessa dinâmica evolução comercial era incerta, assim como seus desdobramentos para ambos os países. Para a China o peso brasileiro não é muito sentido em sua balança comercial, visto que eles desenvolveram relação com uma gama enorme de nações espalhadas pelo globo e sua corrente comercial total é muito mais expressiva que a brasileira. Já para o Brasil a relação com a China é muito mais significativa em termos de participação na balança comercial. Em 2014, por exemplo, este comércio bilateral representou 18% do total de exportações e mais de 16% do total de importações brasileiras.

O modo como se desenvolveu a relação bilateral e a gradual regressão da pauta exportadora brasileira trouxe à tona a discussão sobre a possibilidade de reprimarização da economia, tendo a China e a falta de um planejamento sério de investimento para desenvolvimento da força produtiva nacional – notadamente da indústria – como os principais vilões.

Isso pôs em xeque as intenções brasileiras quando da formulação da parceria estratégica sino-brasileira no ano de 1993, a China era vista como um importante parceiro comprador de projetos técnicos especializados e produtos com alto valor agregado. O que se viu foi a China lograr êxito na sua estratégia de ter o Brasil como importante parceiro fornecedor de insumos básicos no médio e longo prazo.

A realidade observada vai de encontro às ideias de uma relação horizontal que possibilitasse ganhos mútuos aos dois países. Na verdade o que se vê é que ao longo das últimas duas décadas a relação brasileira com a China passou a reproduzir e até mesmo acentuar o mesmo tipo de relacionamento mantido com países já desenvolvidos.

O padrão de trocas entre os dois países é desfavorável ao Brasil quando pensamos em valor agregado das mercadorias. A pauta exportadora brasileira é composta quase que somente por commodities agrícolas e minerais, o que faz com que os resultados comerciais dependam fundamentalmente da situação e dos preços desses produtos no mercado internacional.

A relação entre Brasil e China em nada se diferencia do padrão – desfavorável ao Brasil – verificado em nossas relações com países desenvolvidos, senão no fato de que o grande vulto das cifras envolvidas tende a acentuar os impactos negativos decorrentes deste tipo de negociação. Portanto, verifica-se que a relação entre os países nada tem de novo, pelo contrário, significa mais do mesmo.

O Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial, em sua carta de número 525, diz que:

A estrutura industrial brasileira se caracteriza hoje por ainda ser relativamente diversificada, porém imatura no sentido de estar se especializando em setores intensivos em recursos naturais e com pouco avanço em direção ao fortalecimento de cadeias produtivas com produtos de maior conteúdo tecnológico. Isto sugere que, se esta tendência não for revertida, a contribuição da indústria para o crescimento da economia deve, inevitavelmente, se reduzir no futuro próximo, reduzindo o potencial de crescimento da economia como um todo.

(Carta IEDI n.525, 2012)

Em outras palavras, essa imaturidade da estrutura industrial brasileira nos leva a passos largos em direção ao passado quando gera redução do potencial produtivo e grande aumento da participação de produtos não industrializados na pauta exportadora do país. Vale destacar que a contribuição da indústria para as exportações brasileiras não era tão baixa desde a década de 70.

Os números expostos ao longo do trabalho vão ao encontro do que diz o relatório do IEDI, de fato a participação da indústria chegou a níveis alarmantes e o potencial de recuperação do crescimento econômico brasileiro é duvidoso.

A reprimarização da pauta exportadora do país é uma realidade, o Brasil passa por momento delicado. É necessária uma mudança de rumos, repensar a política industrial brasileira de maneira consistente, aprofundar investimentos, e aqui não me refiro apenas a formação bruta de capital fixo, mas também de capital humano, através de maciço investimento em pesquisa e desenvolvimento, bem como educação de um modo geral.

A velha prática de lançar mão de ações emergenciais para reverter a conjuntura adversa não parece ser suficiente para que o quadro seja superado. É preciso além e promover mudanças que alterem profundamente a estrutura de nosso país de modo geral e especificamente dos setores produtivos.

Neste ponto podemos tirar boas lições com a China. Se não é um modelo de sociedade a ser seguida – e eu creio que está muito longe disso –, é ao menos um belo exemplo de como um planejamento de médio e longo prazo levado a sério e bem executado pode trazer transformações estruturais significativas a um país em poucas décadas.

REFERÊNCIAS

ARRIGHI, Giovanni. **O Longo Século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo.** p. 7 ed. Rio de Janeiro: Editora Unesp, 1996.

BIATO JUNIOR, Oswaldo. **A parceria estratégica Sino-Brasileira: origens, evolução e perspectivas:** (1993-2006). Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2010.

BRASIL. Luciana Acioly & Marcos Antônio Macedo Cintra. Ipea (Org.). **A China na nova configuração global: impactos políticos e econômicos.** Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2011. p. 307 Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_achinaglobal.pdf>. Acesso em: 20/11/2014

CORDEIRO PIRES, Marcos. **Deslocamento do eixo econômico mundial - A emergência da República Popular da China.** Publicado originalmente na Revista PUC VIVA Revista PUC Viva, número 32, A Crise Mundial, julho de 2008.

FONSECA JR, Gelson. **O Brasil, os BRICS e a agenda internacional.** BRICS: notas e questões. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012.

FONTENELE REIS, Maria E. **O Brasil, os BRICS e a agenda internacional.** BRICS: surgimento e evolução. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012.

LUI, André Ka Lo. **A trajetória desenvolvimentista chinesa e os aspectos do comércio entre Brasil e China.** 2010. Monografia - Curso de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

NONNENBERG, Marcelo José Braga. China: Estabilidade e crescimento econômico. **Revista de Economia Política.** vol. 30, nº 2 p. 201-218, abr./jun. 2010.

POCHMANN, Marcio. 2011 **A China na nova configuração global: impactos políticos e econômicos.** Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2011. p. 7 Disponível em:

<http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_achinaglobal.pdf>.

Acesso em: 20/11/2014

PUGA, Fernando Pimentel; SOUSA, Filipe Lage de. **O comércio entre os BRICS e suas oportunidades de crescimento:** Visão do Desenvolvimento, n. 93, abr. 2011. Disponível em: <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/4601/1/Visão_93_15.04.11.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2014.

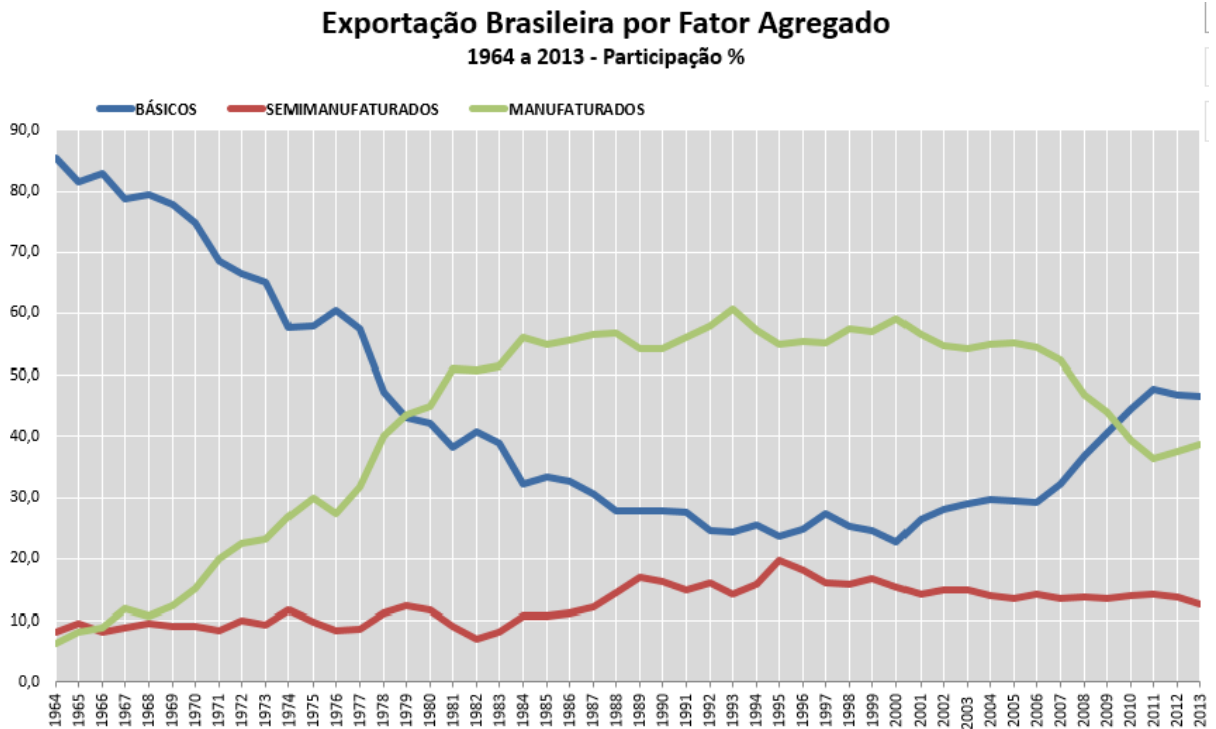
SOARES LEITE, Patrícia. **O Brasil e a Cooperação Sul-Sul em três momentos de política externa:** os governos Jânio Quadros/João Goulart, Ernesto Geisel e Luiz Inácio Lula da Silva. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011. Disponível em: <http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/Cooperacao_sul_sul.pdf>. Acesso em: 22/11/2014

VICENTE, José R. **Evolução da Balança Comercial Brasil-China no período 1997 a 2003 e perspectivas de negócios bilaterais** Informações Econômicas, São Paulo, v. 34, n.4, abr. 2004. Disponível em: < <http://www.iea.sp.gov.br/out/publicacoes/pdf/espec1-0404.pdf>>. Acesso em: 22/03/2015

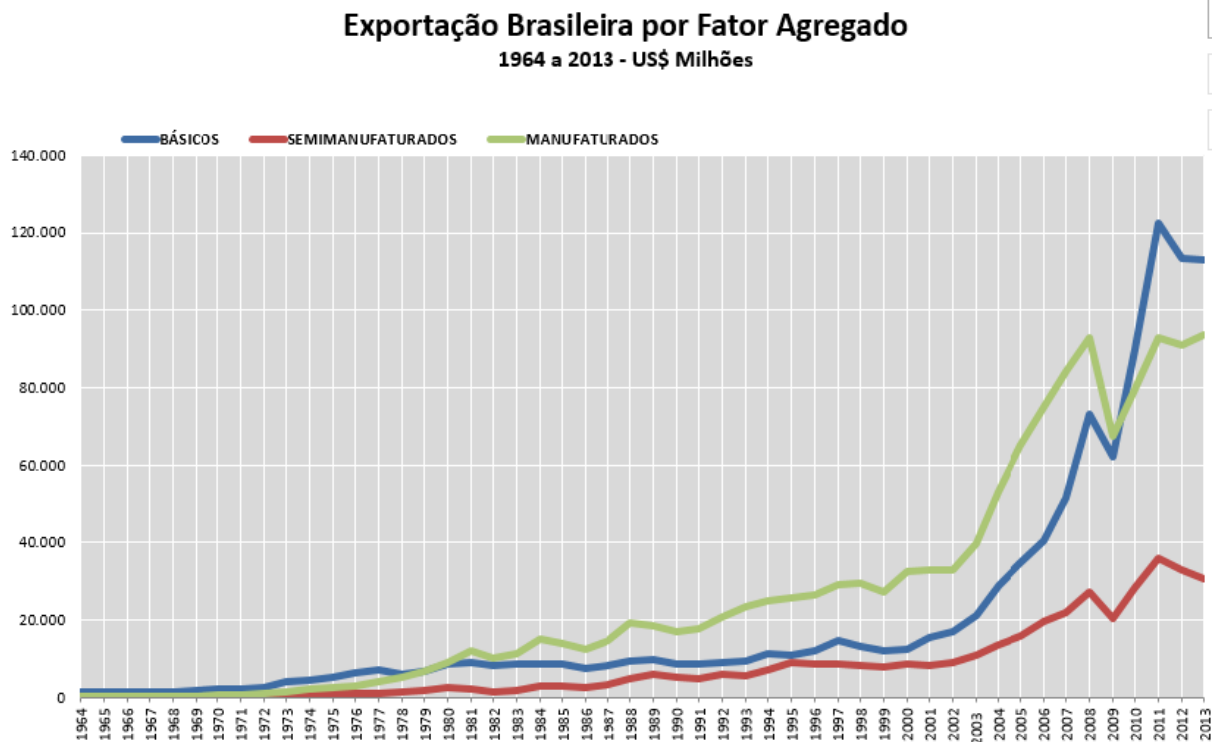
ZHIWEI, Zhou. In: PAULINO, Marcos Cordeiro Pires; Luís Antônio. **As relações entre China e América Latina num contexto de crise:** estratégias, intercâmbio e potencialidades. São Paulo: LCTE Editora, 2011. p. 44-44.

ANEXOS

A1: Exportação brasileira (participação % segmentada)



A2: Exportação brasileira (US\$)



Fonte: SECEX

